

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 180

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Cezar Silvestri</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Milton Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 124ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
28 DE NOVEMBRO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Cesar Seleme.

Às quinze horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 4086

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido

o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 291/2001, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Segurança Pública, a criar a estrutura do Departamento da Polícia Civil, o 3º Distrito Policial do município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Diante da urgência na instalação de mais um distrito policial na cidade de Cascavel, em face do crescente número de delitos, faz-se necessário que o referido projeto seja analisado com a maior brevidade possível pelo Plenário e em seguida levado à apreciação do Exmo. Sr. Governador para a sanção governamental, cujo ato atende antigo anseio da população cascavelense.

REQUERIMENTO Nº 4088

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a prorrogação da Sessão Ordinária em 02 (duas) horas.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) ELIO RUSCH

Apoiamento:

Luiz Carlos Zuk.

REQUERIMENTO Nº 4074

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, na qualidade de membros da Comissão Permanente de Segurança Pública, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a convocação do Exmo. Sr. Dr. José Tavares, secretário de Estado da Segurança Pública, para que preste esclarecimentos ao Plenário desta Casa de Leis, sobre a forma que é feita a abordagem dos policiais militares, quando realizam serviços externos.

Justifica-se a aprovação do presente requerimento, tendo em vista últimas ocorrências em nosso Estado, de erros cometidos por policiais militares, no instante da abordagem, ocasionando mortes e ferimentos em cidadãos sem antecedentes criminais.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 4079

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 356/2001 de sua autoria, que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a implantar, através da Secretaria de Estado da Educação, Programa de Ensino e Aprendizagem da Linguagem dos Sinais - Datilografia, aos alunos da

rede estadual de ensino, por ser objeto da Lei nº 12.095, que trata do mesmo assunto.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 4068

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar à família de Francisco Sacco, um dos mais conceituados pioneiros da região de Florestópolis. Ele faleceu neste dia 28 de novembro, aos 90 anos e deixa esposa, filhos e netos.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Lamentamos o falecimento do senhor Francisco Sacco que ao longo de sua vida trabalhou e se dedicou na construção do município de Florestópolis, sendo um dos pioneiros da região. Ele e a sua família estão intimamente ligados ao desenvolvimento econômico e social da cidade. Ao falecer com 90 anos deixa não apenas a família enlutada, mas também os munícipes de Florestópolis e os amigos que o conheceram e o admiraram. (favor enviar correspondência para a Rua 14 de Novembro, 600 - Florestópolis-PR).

REQUERIMENTO Nº 4067

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Assembléia Legislativa, votos de congratulações pelo transcurso do aniversário de emancipação política dos municípios de Ampére e Santa Izabel do Oeste, em 28 de novembro, dando-se ciência deste requerimento aos prefeitos municipais e às Câmaras de Vereadores dos referidos municípios.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Situados no Sudoeste do Estado, os municípios que comemoram hoje seus aniversários de emancipação política, vêm se desenvolvendo de forma expressiva, através do trabalho conjunto do Executivo, Legislativo e suas respectivas comunidades.

Na qualidade de representante da região, unimo-nos às festividades de comemoração, para congratularmo-nos com os prefeitos, Câmaras Municipais e população em geral dos municípios aniversariantes, na certeza de que, com o trabalho de todos, o desenvolvimento da região será cada vez maior.

REQUERIMENTO Nº 4069

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja concedido votos de congratulações à Sociedade Hípica de Ponta Grossa.

Os cavaleiros e amazonas da Sociedade Hípica de Ponta Grossa conquistaram três títulos e um vice-campeonato na 4ª Etapa do Ranking HSBC Bank Brasil S.A., disputado nos dias 24 e 25 de novembro de 2001. O evento foi organizado pela Federação Paranaense de Hipismo e realizado em Curitiba.

Aos participantes Alberto S. Portugal, Felipe Costa Ribas, Lenita Schenekemberg, Thiago Ribas e Fernando Schiebelbein, bem como à diretoria da Sociedade, em nome de Raul Vaz da Silva Portugal, nossos parabéns e nosso incentivo para que continuem praticando esse esporte e destacando-se tão brilhantemente nas competições.

Requer ainda, que a decisão desta Casa de Leis, seja dada ciência à Sociedade Hípica de Ponta Grossa, sito à Rua Capanema, s/n - Vila Cipa - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 4070

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, integrante da Bancada do PDT, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de congratulações ao município de São Miguel do Iguaçu na pessoa do prefeito, Armando Luiz Polita, em decorrência do 40º aniversário de emancipação.

O município São Miguel do Iguaçu está localizado no Oeste do Paraná e é um orgulho para nós podermos prestigiar o povo hospitaleiro e trabalhador, que acolhe a todos com amor e amizade. Trabalhando incansavelmente no presente para construir o futuro, a população não esquece as lições do passado, de força e coragem, sabendo que a recompensa do esforço é alcançar os objetivos.

Parabéns, São Miguel do Iguaçu, pelos 40 anos de luta. Parabéns à sua população.

Receba o município, através do prefeito, Armando Luiz Polita, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 4071

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Ilmo. Sr. Wilson Francisco de Holanda, diretor do jornal Opinião Popular, no município de Cianorte, pela passagem do 7º aniversário daquele jornal, no dia 19 de novembro de 2001.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

No dia 19 de novembro de 2001 o jornal Opinião Popular, empresa estabelecida no município de Cianorte, completou 7 anos de atendimento àquela região.

Parabenizamos o Ilmo. Sr. Wilson Francisco de Holanda, pela conceituada administração e a organização do grupo.

REQUERIMENTO Nº 4082

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao senhor Herondy Anunziato, alusivos ao recebimento de Título de Cidadão Honorário do município de Ivaiporã, em conformidade com o Decreto Legislativo Municipal, 03/2001.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 4085

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Assembléia Legislativa, votos de congratulações pelo transcurso do aniversário de emancipação política do município de Dois Vizinhos, em 28 de novembro, hoje, dando-se ciência deste requerimento ao Exmo. Sr. Padre Lessir Bortulli, prefeito municipal, e à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Situado no Sudoeste do Estado, o município de Dois Vizinhos comemora hoje 40 anos de emancipação política.

Na qualidade de representante da região, unim-nos às festividades de comemoração, para congratularmo-nos com o prefeito, Câmara Municipal, e população em geral, na certeza de que, com o trabalho de todos, o desenvolvimento do município aniversariante será cada vez maior, projetando-se no âmbito estadual e nacional.

REQUERIMENTO Nº 4075

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, votos de louvor, congratulações e muito aplauso, aos doutores Carlos Daniel dos Reis, delegado-chefe; Nobuo Nagasse, delegado adjunto; bacharel Aquiles José Ferreira Cabral, superintendente; e investigadores Cândido Norberto Cabral, João Carlos Mendes, Geraldo Fantin, Antônio da Costa Filho, Escrivão de Polícia, Serafim Ligmanowski Filho e Operador de Telecomunicações, Sérgio Conceição Vera, pelo excelente trabalho que vêm desenvolvendo frente à 20ª Subdivisão Policial de Toledo, com destaque pela elucidação do crime de

sequestro da senhora Iracele Mascarello e as prisões dos seqüestradores e recuperação do pagamento do resgate.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Uma ação forte e consciente, atuação brava e exemplar fez lograr êxito na elucidação do crime de sequestro ocorrido na região Oeste, com a prisão dos seqüestradores e a recuperação do valor do resgate pago.

Parabéns a todos componentes da 20ª Subdivisão Policial de Toledo, pelo grande feito.

A Assembléia Legislativa do Paraná os cumprimenta e agradece o excelente trabalho que vêm realizando em toda área de abrangência, que engrandece a gloriosa Polícia Civil do nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 4076

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, votos de louvor ao empresário Névio Rafagnin, de Foz do Iguaçu.

Empresário do ramo de hotelaria, Névio Rafagnin e sua família vêm se destacando na cidade pela excelência dos serviços prestados. As atividades desenvolvidas em suas empresas elevam o nome da cidade, pelo bom atendimento dispensado aos turistas que visitam Foz, além da geração de empregos e arrecadação de impostos.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 4077

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, votos de louvor ao advogado e professor Álvaro Wenhhausen Albuquerque, de Foz do Iguaçu.

Advogado, professor e ex-vereador, Albuquerque vem se destacando na cidade pela excelência de sua atuação em todas as funções desenvolvidas. Através de trabalhos na área de direito e na política, o advogado é uma das personalidades de maior saber e mais respeitados de Foz do Iguaçu. Sua capacidade extrapola os limites territoriais de hoje, Álvaro Albuquerque pode ser o primeiro iguaçuense a ser indicado para integrar o Tribunal Regional Federal, em Porto Alegre.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o reconhecimento dos paranaenses a

quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 4078

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, votos de louvor ao médico Roberto Fava, de Foz do Iguaçu.

O Dr. Fava atua há vinte anos na área médica de Foz do Iguaçu, sendo um dos pioneiros na cidade. Sua capacidade profissional aliada a ética com que sempre desenvolveu suas atividades o tornaram um dos mais conceituados médicos da região.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 4080

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção nas Atas dos trabalhos, de votos de louvor ao Sindicato dos Agentes Fiscais da Receita Estadual do Paraná - AFFEP Sindical.

O AFFEP Sindical realizará importante cerimônia de posse da sua nova Diretoria no dia 06 de dezembro de 2001, a qual estará representada pelo seu novo presidente sindical, Yukiharu Hamada e primeiro vice-presidente, Mauro Ferreira Dal Bianco, os quais, certamente continuarão o brilhante trabalho que este Sindicato realiza em nossa sociedade.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 4072

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Jaime Lerner, solicitando a pavimentação asfáltica no trecho entre o bairro Copacabana ao bairro Santa Fé, partindo da rodovia PR-182, que liga a sede do município ao distrito de Casa Branca.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O trecho que se pretende pavimentar, é muito movimentado, principalmente por veículos de transporte escolar. Por tratar-se de região muito habitada, onde

existe pequenas propriedades, é atualmente a rodovia vicinal, de leito natural, de maior movimento do município.

REQUERIMENTO Nº 4087

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Fani Lerner, secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a construção de uma unidade regional do Serviço de Assistência Social na microrregião de Campo Mourão, para prestar atendimento na recuperação e socialização de menores infratores.

Em anexo, encaminhamos expediente da Associação de Câmaras Municipais da Microrregião Doze - Acamdoze, contendo as propostas deliberadas e aprovadas por unanimidade em assembléia geral da entidade.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A maioria dos municípios não dispõe de recursos para arcar com os custos de construção de uma unidade de recuperação para menores infratores. A Acamdoze, entidade que congrega 25 municípios da microrregião de Campo Mourão, deliberaram por unanimidade em assembléia geral, proposta onde reivindicam a construção de uma unidade de âmbito regional do Serviço de Assistência Social - SAS, para prestar atendimento da recuperação de menores infratores.

Esta unidade seria mantida através da formulação de um consórcio intermunicipal, gerenciado pelos Conselhos Municipais do Direito da Criança e dos Adolescente e dos Conselhos Tutelares.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 644/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a estadualizar, para fins de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga a sede do município de Guarapuava e que passa pelo distrito de Guairacá, até a localidade de São Francisco.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo estadualizar, para fins de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga a sede do município de Guarapuava

até a localidade de São Francisco, passando pelo distrito de Guairacá.

Referida estrada foi construída através do Programa “Caminhos do Saber”, em piso experimental, e após a sua conclusão, praticamente não recebeu conservação.

Atualmente, o leito da estrada encontra-se bastante deteriorado, com muitos buracos, e praticamente inexistente acostamento, prejudicando ainda mais a segurança no dirigir, com alto risco inclusive para os pedestres que se utilizam da referida via pública para seus deslocamentos.

A mencionada estrada rural é de vital importância para o escoamento da produção agrícola e da indústria extrativa da região, e também é utilizada para o transporte de passageiros e de escolares, bem como de seus moradores.

Também é a única via de acesso à reserva indígena dos caingangues e ao Salto do São Francisco, maior queda d'água do Estado, maravilha por todos reconhecida e muito visitada por turistas das mais variadas procedências.

Como visto, em face da importância da mencionada estrada à economia da região e a falta de conservação da via pelo município, a sua estadualização é medida que se impõe, pois com os recursos oriundos do Estado, propiciará melhor qualidade de trafegabilidade e segurança no trânsito, além de incrementar a economia de toda a região, e assim solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa à aprovação do projeto que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 645/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Central de Associações de Roncador - OCAR, com sede no município de Roncador e foro na comarca de Iretama - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Central de Associações de Roncador - OCAR, com sede no município de Roncador e foro na comarca de Iretama - PR, entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com fins lucrativos, fundada em 10 de julho de 2000, com prazo de duração por tempo indeterminado, é o órgão representativo das Associações Comunitárias do município de Roncador, tendo por finalidades:

1. promover o desenvolvimento das comunidades através da realização de obras e ações com recursos próprios e/ou obtidos por doações ou empréstimos;

2. representar as comunidades junto aos órgãos públicos e privados;

3. proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes das comunidades, através da integração de seus moradores;

4. proporcionar aos associados e seus dependentes, atividades econômicas, culturais e desportivas;

5. promover atividades assistenciais, direta ou indiretamente;

6. conscientizar as comunidades de suas potencialidades, levando-as a responder aos seus anseios;

7. lutar pelo estabelecimento de uma política global e planejada de desenvolvimento associativo junto às comunidades, considerando seus aspectos peculiares;

8. administrar bens recebidos em comodatos, empréstimos, doações ou adquiridos com recursos próprios;

9. apresentar propostas e participar das alterações do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural que se fizer necessário;

10. diagnosticar as potencialidades dos municípios;

11. definir prioridades e necessidades da população;

12. estabelecer procedimentos e deflagrar ações indispensáveis ao desenvolvimento auto-sustentado das comunidades segundo suas potencialidades;

13. respeitar as disposições do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, estabelecendo diretrizes e formular programas de financiamento e aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural (Fundo Rotativo);

14. dar tratamento preferencial às atividades produtivas de micro e pequenos empreendimentos municipais;

15. elaborar orçamento anual para aplicações de recursos;

16. apoio à criação de novos centros de atividades e pólos dinâmicos no município, que estimulem a redução das disparidades regionais de renda;

17. preservação do meio ambiente;

18. criar e administrar o centro de compras e comercialização;

19. contratação de mão-de-obra administrativa, técnica e operacional e assessorias.

PROJETO DE LEI Nº 646/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Cateto, com sede no município de Roncador - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária dos Produtores do Alto São João, com sede na localidade Estrada de Roncador a Cateto, Km 13, no município de Roncador - PR, é uma sociedade civil, com prazo de duração por tempo indeterminado, que tem por finalidade a realização das seguintes atividades:

- criar meios de exercer atividade de industrialização e comercialização de produtos de reutilização de embalagens e materiais plásticos;
- estimular o aumento da produtividade agrícola e agropecuária de seus associados;
- promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária da comunidade;
- representar e defender os interesses dos associados em reuniões, assembléias, encontros junto a órgãos e poderes;
- promover e contribuir para o desenvolvimento humano e cultural, social e econômico e o bem-estar social da comunidade;
- receber e distribuir recursos e espécies de benefícios para os associados;
- colaborar com os Poderes Públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade e no município;
- estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias e assistenciais dos associados.

PROJETO DE LEI Nº 647/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores de Santo Antonio, com sede no município de Roncador - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária dos Produtores de Santo Antonio, com sede na localidade de Santo Antonio, s/n, Km 11, no município de Roncador - PR, é uma sociedade civil, com prazo de duração por tempo indeterminado, que tem por finalidade a realização das seguintes atividades:

- criar meios de exercer atividade de industrialização e comercialização de produtos de reutilização de embalagens e materiais plásticos;
- estimular o aumento da produtividade agrícola e agropecuária de seus associados;
- promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária da comunidade;

- representar e defender os interesses dos associados em reuniões, assembléias, encontros junto a órgãos e poderes;

- promover e contribuir para o desenvolvimento humano e cultural, social e econômico e o bem-estar social da comunidade;

- receber e distribuir recursos e espécies de benefícios para os associados;

- colaborar com os Poderes Públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade e no município;

- estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias e assistenciais dos associados.

PROJETO DE LEI Nº 648/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Jararaca - N. S. Aparecida - Acnossa, com sede no município de Roncador - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária dos Produtores do Jararaca - N. S. Aparecida, com sede na localidade de Jararaca, Km 14, no município de Roncador - PR, com sede e foro na comarca de Iretama - PR, é uma sociedade civil, com prazo de duração por tempo indeterminado, que tem por finalidade a realização das seguintes atividades:

- criar meios de exercer atividade de industrialização e comercialização de produtos de reutilização de embalagens e materiais plásticos;

- estimular o aumento da produtividade agrícola e agropecuária de seus associados;

- promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária da comunidade;

- representar e defender os interesses dos associados em reuniões, assembléias, encontros junto a órgãos e poderes;

- promover e contribuir para o desenvolvimento humano e cultural, social e econômico e o bem-estar social da comunidade;

- receber e distribuir recursos e espécies de benefícios para os associados;

- colaborar com os Poderes Públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade e no município;

- estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias e assistenciais dos associados.

PROJETO DE LEI Nº 649/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores do Alto São João, com sede no município de Roncador - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária dos Produtores do Alto São João, com sede no distrito de Alto São João, Av. Principal, s/n, no município de Roncador - PR, é uma sociedade civil, com prazo de duração por tempo indeterminado, que tem por finalidade a realização das seguintes atividades:

- estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias e assistenciais dos associados;
- estimular o aumento da produtividade agrícola e agropecuária de seus associados;
- promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária da comunidade;
- representar e defender os interesses dos associados em reuniões, assembléias, encontros junto a órgãos e poderes;
- promover e contribuir para o desenvolvimento humano e cultural, social e econômico e o bem-estar social da comunidade;
- receber e distribuir recursos e espécies de benefícios para os associados;
- colaborar com os Poderes Públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade e no município.

PROJETO DE LEI Nº 650/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Vista Alegre - Morais, com sede no município de Roncador - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Vista Alegre - Morais, com sede na localidade de Vista Alegre, s/n, Km 08, no município de Roncador - PR, é uma sociedade civil, com prazo de duração por tempo

indeterminado, que tem por finalidade a realização das seguintes atividades:

- criar meios de exercer atividade de industrialização e comercialização de produtos de reutilização de embalagens e materiais plásticos;
- estimular o aumento da produtividade agrícola e agropecuária de seus associados;
- promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária da comunidade;
- representar e defender os interesses dos associados em reuniões, assembléias, encontros junto a órgãos e poderes;
- promover e contribuir para o desenvolvimento humano e cultural, social e econômico e o bem-estar social da comunidade;
- receber e distribuir recursos e espécies de benefícios para os associados;
- colaborar com os Poderes Públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade e no município;
- estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias e assistenciais dos associados.

PROJETO DE LEI Nº 651/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Rio das Barras, com sede no município de Roncador - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária dos Produtores do Rio das Barras, com sede na localidade de Vista Alegre, Km 16, no município de Roncador - PR, é uma sociedade civil, com prazo de duração por tempo indeterminado, que tem por finalidade a realização das seguintes atividades:

- criar meios de exercer atividade de industrialização e comercialização de produtos de reutilização de embalagens e materiais plásticos;
- estimular o aumento da produtividade agrícola e agropecuária de seus associados;
- promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária da comunidade;
- representar e defender os interesses dos associados em reuniões, assembléias, encontros junto a órgãos e poderes;
- promover e contribuir para o desenvolvimento humano e cultural, social e econômico e o bem-estar social da comunidade;

- receber e distribuir recursos e espécies de benefícios para os associados;
- colaborar com os Poderes Públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade e no município;
- estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias e assistenciais dos associados.

PROJETO DE LEI Nº 652/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Faxinal e Cancan - ACOFCAN, com sede no município de Roncador - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária Faxinal e Cancan - ACOFCAN, com sede na localidade de Estrada de Roncador ao Alto São João, Km 01, no município de Roncador - PR, é uma sociedade civil, com prazo de duração por tempo indeterminado, que tem por finalidade a realização das seguintes atividades:

- criar meios de exercer atividade de industrialização e comercialização de produtos de reutilização de embalagens e materiais plásticos;
- estimular o aumento da produtividade agrícola e agropecuária de seus associados;
- promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária da comunidade;
- representar e defender os interesses dos associados em reuniões, assembléias, encontros junto a órgãos e poderes;
- promover e contribuir para o desenvolvimento humano e cultural, social e econômico e o bem-estar social da comunidade;
- receber e distribuir recursos e espécies de benefícios para os associados;
- colaborar com os Poderes Públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade e no município;
- estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias e assistenciais dos associados.

PROJETO DE LEI Nº 653/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Encruzo Três

Estrelas - ACRUZ, com sede no município de Roncador - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária do Encruzo Três Estrelas - ACRUZ, com sede na localidade de Encruzamento, s/n, no município de Roncador - PR, com foro na comarca de Iretama - PR, é uma sociedade civil, com prazo de duração por tempo indeterminado, que tem por finalidade a realização das seguintes atividades:

- criar meios de exercer atividade de industrialização e comercialização de produtos de reutilização de embalagens e materiais plásticos;
- estimular o aumento da produtividade agrícola e agropecuária de seus associados;
- promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária da comunidade;
- representar e defender os interesses dos associados em reuniões, assembléias, encontros junto a órgãos e poderes;
- promover e contribuir para o desenvolvimento humano e cultural, social e econômico e o bem-estar social da comunidade;
- receber e distribuir recursos e espécies de benefícios para os associados;
- colaborar com os Poderes Públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade e no município;
- estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias e assistenciais dos associados.

PROJETO DE LEI Nº 654/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a ASPAR - Associação de Produtores do Alto Riozinho, com sede no município de Farol - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Produtores do Alto Riozinho - ASPAR, com sede provisória no Centro Social da Capela Nossa Senhora Aparecida, Estrada para Goioerê, Km 401, Alto Riozinho (Vila Seca), município de Farol - PR, é uma sociedade civil sem finalidade lucrativa, com prazo indeterminado de duração, organizada exclusivamente para a prestação de serviços sócio-comunitários aos pro-

dutores e moradores pertencentes à zona rural do município de Farol.

PROJETO DE LEI Nº 655/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Vista Alegre Nossa Senhora da Luz, com sede no município de Roncador - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Vista Alegre Nossa Senhora da Luz, com sede na localidade de Vista Alegre, Km 16, no município de Roncador - PR e foro na comarca de Iretama - PR, é uma sociedade civil, com prazo de duração por tempo indeterminado, que tem por finalidade a realização das seguintes atividades:

- criar meios de exercer atividade de industrialização e comercialização de produtos de reutilização de embalagens e materiais plásticos;
- estimular o aumento da produtividade agrícola e agropecuária de seus associados;
- promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária da comunidade;
- representar e defender os interesses dos associados em reuniões, assembleias, encontros junto a órgãos e poderes;
- promover e contribuir para o desenvolvimento humano e cultural, social e econômico e o bem-estar social da comunidade;
- receber e distribuir recursos e espécies de benefícios para os associados;
- colaborar com os Poderes Públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade e no município;
- estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias e assistenciais dos associados.

PROJETO DE LEI Nº 656/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais Princesa Isabel de Vista Alegre, com sede no município de Roncador - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária dos Produtores Rurais Princesa Isabel de Vista Alegre, com sede na localidade da Estrada de Roncador a Vista Alegre, s/n, Km 13, no município de Roncador e foro na comarca de Iretama - PR, é uma sociedade civil, com prazo de duração por tempo indeterminado, que tem por finalidade a realização das seguintes atividades:

- criar meios de exercer atividade de industrialização e comercialização de produtos de reutilização de embalagens e materiais plásticos;
- estimular o aumento da produtividade agrícola e agropecuária de seus associados;
- promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária da comunidade;
- representar e defender os interesses dos associados em reuniões, assembleias, encontros junto a órgãos e poderes;
- promover e contribuir para o desenvolvimento humano e cultural, social e econômico e o bem-estar social da comunidade;
- receber e distribuir recursos e espécies de benefícios para os associados;
- colaborar com os Poderes Públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade e no município;
- estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias e assistenciais dos associados.

PROJETO DE LEI Nº 657/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Nova Aratiba, com sede e foro na cidade de Palotina, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Agricultores da Linha Nova Aratiba, com sede e foro no município de Palotina, Estado do Paraná, foi criada em 20/03/93, com o objetivo de desenvolver programas e projetos nas áreas da Assistência Social, da Educação, da Cultura, do Esporte e Lazer, entre outros, visando o desenvolvimento integral do ser humano. A Associação em apreço, é pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, e está

registrada sob nº 314 - Livro A-01 de Pessoa Jurídica do Cartório de Registro Civil de Títulos e Documentos da Comarca de Palotina, e devidamente cadastradas no CNPJ nº 01.402.816/0001-04.

A Associação, além de desenvolver programas, visando a consecução de seus objetivos, coopera com organismos públicos e entidades congêneres, no desenvolvimento de programas, projetos e serviços de interesse comunitário, especialmente aqueles voltados às áreas assistencial e educacional.

Face ao exposto, e considerando o que a entidade em questão se propõe a realizar em prol das pessoas carentes e considerando ainda o que dispõe a legislação pertinente, sendo estas as razões que motivaram a apresentação deste projeto, visando ajudar a entidade em epígrafe, organizar-se e requerer junto aos órgãos públicos, recursos visando a consecução de suas finalidades.

PROJETO DE LEI Nº 658/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Programa Cota de Participação Voluntária para Manutenção de Entidades de Assistência a Portadores de Necessidades Especiais, no Estado do Paraná.

Art. 2º - O Governo Estadual firmará convênios com as empresas concessionárias de serviços de água e esgoto, energia elétrica e telecomunicações que operem no Estado do Paraná para execução do Programa.

Art. 3º - A Cota de Participação Voluntária para Manutenção de Entidades de Assistência a Portadores de Necessidades Especiais, no Estado do Paraná, será recolhida pelas empresas concessionárias dos serviços públicos de água e esgoto, energia elétrica e telecomunicações, no valor de 1% (um por cento) sobre a fatura mensal dos gastos efetuados pelos consumidores dos referidos serviços.

§ 1º - O recolhimento da cota a que se refere o *caput* deste artigo, será facultativo por parte do consumidor.

§ 2º - As empresas concessionárias de serviços a que se refere o artigo 2º, deverão adaptar seus formulários de cobrança para o cumprimento desta lei.

Art. 4º - As entidades para se beneficiarem desta lei, deverão prestar atendimento gratuito, subordinadas e orientadas pelo Conselho Estadual de Assistência Social.

Art. 5º - Os recursos arrecadados em razão da presente lei, serão repassados mensalmente pelas empresas conveniadas ao programa Cota de Participação Voluntária para Manutenção de Entidades de Assistência a Portadores de Necessidades Especiais e creditados em conta cor-

rente específica, em instituição financeira oficial, e administrada pelo Executivo Estadual.

Parágrafo Único - O Governo do Estado, ouvido o Conselho Estadual de Assistência Social, expedirá as normas do repasse dos recursos a entidades credenciadas ao Programa Cota de Participação Voluntária para Manutenção de Entidades de Assistência a Portadores de Necessidades Especiais.

Art. 6º - Compete ao Conselho Estadual de Assistência Social:

I - organizar o credenciamento dos interessados no Programa;

II - regulamentar, executar e fiscalizar a distribuição dos recursos;

III - estabelecer e aplicar sanções ao não cumprimento das normas estabelecidas;

IV - promover, com apoio do Governo do Estado, a divulgação do Programa;

V - buscar junto às organizações não-governamentais e a sociedade civil, apoio e parceria para a expansão do programa Cota de Participação Voluntária para Manutenção de Entidades de Assistência a Portadores de Necessidades Especiais.

Art. 7º - As contribuições arrecadadas deverão ser obrigatoriamente empregadas em projetos que visem a inclusão dos portadores de necessidades especiais na sociedade, no ensino regular e no mercado de trabalho.

Art. 8º - O Governo do Estado regulamentará a presente lei, no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

São conhecidas as dificuldades enfrentadas pelas entidades de assistência social que atendem portadores de necessidades especiais, sejam os estabelecimentos públicos, sejam aqueles comunitários e privados que tenham a maioria dos atendimentos bancados por meio de doações e subvenções dos governos municipal, estadual ou federal.

É necessário uma ampla campanha na sociedade, de operação fácil e de contribuição acessível, para reforçar as finanças e apoiar as entidades que prestam atendimento gratuito.

Utilizando o mecanismo das contas de serviços públicos de largo uso pela população - água, energia elétrica, telefonia - o usuário seria convidado a dar uma pequena contribuição, calculada em apenas um por cento da conta.

Não se trata de uma nova taxa ou de um tributo. A contribuição é voluntária e constituirá parcela que o usuário pagará se quiser.

Ao propormos o presente projeto, estamos buscando dar uma resposta, mesmo que parcial, a crise das entidades assistenciais, sem comprometer os já precários recursos orçamentários do setor público e sem impor novas taxas ou contribuições forçadas.

Submetemos a proposta à avaliação dos membros desta Casa, para que o transformemos num esforço coletivo do Legislativo paranaense em contribuir com respostas às dificuldades enfrentadas no atendimento aos portadores de necessidades especiais.

PROJETO DE LEI Nº 659/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção a Maternidade e Infância-APMI, com sede no município de Dois Vizinhos/PR, na Rua Mato Grosso, s/n.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, fundada em 28.09.77, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, é uma entidade constituída de ilimitado número de pessoas físicas ou jurídicas, por tempo indeterminado.

Os recursos financeiros pleiteados pela referida entidade, vêm atender creches com 330 crianças, servindo 4 refeições diárias, além de higienizar e educar, com a finalidade, desenvolvimento integral em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual, social e espiritual, complementando a ação da família e da comunidade. Atende também o Clube de Mães da cidade e do interior, com cursos artesanais e palestras. Desenvolve campanhas: do agasalho, quilo, armação de óculos usados, apoio à horta comunitária, sopão, voluntários e outros. Promove jantares, rifas, bazar de roupas usadas, artesanatos, arrecadando fundos para a entidade em referência.

PROJETO DE LEI Nº 660/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção de Usina Termelétrica tendo como combustível serragem e aparas de madeira, no município de Imbituva.

Art. 2º - A construção da Usina Termelétrica está condicionada à concessão de licenciamento pelo Instituto

Ambiental do Paraná-IAP, com emissão da licença prévia (LP), na forma da lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Em função da crise energética presente em nosso país, tendo entre várias conseqüências, o risco de queda de produção dos setores, a diminuição da arrecadação de impostos e o aumento dos índices de desemprego, as pequenas usinas termelétricas surgem como soluções eficientes e rápidas visando minimizar a crise energética.

A futura Usina Termelétrica de Imbituva apresentará características peculiares quanto à sua operação, onde podemos citar por exemplo, o aproveitamento de resíduos da indústria madeireira como combustível, sendo que estes resíduos, até o momento constituem um grande problema ambiental, pelo fato de serem lançados nos rios contribuindo para a degradação da qualidade da água ou geralmente são queimados a céu aberto, gerando situações de poluição atmosférica, de falta de visibilidade nas estradas, considerando ainda o risco de incêndios maiores que podem facilmente atingir reservas florestais, podendo também causar prejuízos incalculáveis para a economia e a biodiversidade. Outro exemplo a ser citado é que a referida Usina irá gerar aproximadamente dois mil novos empregos diretos e indiretos, propiciando ainda, através de sua geração de energia, a instalação de novas indústrias na região.

Em face destas informações, podemos concluir que os aspectos sociais, ambientais e econômicos são contemplados pelo projeto de construção e operação indicando a sua consonância com as bases do desenvolvimento sustentável, conforme preconiza a Agenda 21.

É importante salientar que de acordo com a resolução do CO.NA.MA nº 01/86, os projetos de geração de energia acima de 10MW devem apresentar para fins de licenciamento ambiental junto ao órgão competente, o Estatuto de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório (EIA-RIMA), na presente situação a Usina a ser construída irá gerar apenas 0,7 MW já tendo apresentado ao IAP o Plano Básico Ambiental (PBA), cujo parecer encontra-se anexado a esse projeto de lei.

Com a apresentação desse projeto, estamos dando cumprimento, ao que dispõe a Constituição Estadual em seu artigo 209, a qual menciona que a Assembléia Legislativa deve aprovar a construção de centrais termelétricas no Estado do Paraná.

Em função do exposto solicitamos aos nobres parlamentares desta Casa de Leis, o apoio na aprovação desta importante matéria.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Estamos recebendo, para o nosso orgulho, a visita da senhorita Deise Lias, nossa rainha da 20ª Festa do Pês-

sego e do Ovo de Araucária, bem como as princesas Juciara e Daniele. Querem cumprimentar os senhores parlamentares. Sejam bem-vindas.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

O deputado Strapasson, que é um representante de Colombo, certamente deve estar aqui na Sessão e quero cumprimentá-lo pelo bom gosto do povo colombense, de Araucária, desculpem-me, Colombo é a Festa da Uva.

A Festa do Pêssego, em Araucária, realmente é um sucesso extraordinário, onde nós temos uma grande produção de pêssegos e lá se realizam grandes investimentos.

É a área do nosso ex-deputado e prefeito, companheiro Zé.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

As princesas e a rainha pediram que participasse aos senhores parlamentares, que estão deixando uma caixa de pêssego em cada gabinete.

Queremos, antes de dar continuidade à Sessão, cumprimentar os alunos do curso de Agronomia e veterinária de Guarapuava, que nos honram muito hoje com sua presença em nossa Casa de Leis.

Muito obrigado por sua presença.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao deputado Custódio da Silva.

O SR. CUSTÓDIO DA SILVA

(Lê):

“Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados:

Ocupamos a tribuna desta Casa, neste dia, para deixar registrado nos Anais do Poder Legislativo paranaense, a campanha que a APRAS - Associação Paranaense dos Supermercados, lançou no dia 15 e se estenderá até às vésperas do Natal, dia 24 de dezembro: Natal Para Todos.

A louvável iniciativa da APRAS, que congrega 2.690 pontos de vendas em todo o Estado do Paraná, entre micros, pequenos e grandes supermercados, visa levar à mesa de dezenas de milhares de famílias, hoje marginalizadas pelo sistema econômico vigente no País, pelo menos nas festas de Natal e Ano Novo, comida, saciando a fome dessa gente desprovida de tudo, até de esperança.

Uma campanha desta envergadura, dessa magnitude e do inimaginável alcance social, não podia deixar de ficar sem registro nesta Casa, uma vez que demonstra claramente, que o segmento dos supermercadistas não visa unicamente o lucro como atividade econômica, mas busca também desempenhar uma importante função social.

A Campanha Natal Para Todos, que já está nas ruas e em todas as cidades do Estado, para atingir 100% dos municípios paranaenses, contará, para a distribuição dos alimentos arrecadados entre seus associados e fornecedo-

res, após embalados em cestas com uma média de 15 quilos cada, com a ajuda da Provopar, garantindo desta forma que nenhuma família carente e necessitada fique sem o recebimento, permitindo, pelo menos nessa época, que o sorriso volte a emoldurar o rosto dessa gente sofrida e abandonada.

Queremos registrar também, senhor presidente, senhoras deputadas e senhores deputados, a criação pela APRAS, do Instituto Escola Paranaense de Supermercados, com a finalidade principal de formar, qualificar e requalificar recursos humanos para atuarem na cadeia produtiva de supermercados em nível básico, técnico de nível médio e de nível superior, primando pela excelência de ensino e sua aplicabilidade.

Em nosso Estado desde o início do ano, o Instituto Escola Paranaense de Supermercados, treinou e requalificou em diversas modalidades, cerca de 5.600 profissionais de supermercados, com cursos da Escola Nacional de Supermercados, da Universidade de Varejo em Maringá, da Mercosuper, entre outros eventos, mostrando mais uma vez que esse destacado segmento, também busca a valorização profissional, humana e social de seus empregados.

Cumprimentando o presidente da APRAS, senhor Pedro Joanir Zonta, proprietário da Rede Condor de Supermercados, queremos estender nossas congratulações e o nosso reconhecimento pela magnitude da Campanha Natal Para Todos, como também pela preocupação com os trabalhadores desse segmento comercial e de suas famílias.

Muito obrigado.”

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, com a palavra a senhora Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada, alunos que acompanham esta Sessão, professores, todas as pessoas interessadas na estadualização do curso de Agronomia e Veterinária da Unicentro:

Quero dizer, que realmente é importante a incorporação desse curso e com certeza vocês têm todo meu apoio.

Gostaria também de citar, senhor presidente, senhores deputados, um assunto que é bastante importante, também com relação às universidades estaduais do nosso estado, que é a greve da UEL, da UEM e da Unioeste.

Estamos acompanhando essa greve. Já estamos praticamente há mais de setenta dias de greve, e no entanto, o Governo do Estado do Paraná não vem acenando um sinal positivo de negociação. No mínimo acenasse que está disposto a discutir com os professores, com os servidores dessas universidades que estão em greve.

Lamentamos que isso aconteça, porque o que está em jogo é o ensino público do nosso Estado do Paraná.

No entanto, até agora, não houve avanço nas negociações e basicamente, o que o comando de greve vem reivindicando, desde o início, são três pontos: a questão do reajuste salarial, aonde os servidores, os professores estão praticamente há quase sete anos sem reajuste; a questão de mais destinação de recursos ao orçamento do Estado do Paraná, que não condiz com a realidade necessária, dos recursos necessários para o andamento dessas universidades e também a regulamentação do quadro de servidores.

Esses são os três pontos básicos que vêm sendo reivindicados pelo comando de greve dessas três universidades.

Gostaríamos que fosse cumprido pelo menos com a proposta que o Secretário de Ciência e Tecnologia fez ao comando de Greve que agora, no final deste mês de novembro, estaria indicando o índice de reajuste salarial para os servidores.

É nesse sentido que o Comando de Greve está aguardando uma resposta, está aguardando que o Governo se manifeste para que eles também possam retornar às aulas, que isso está sendo inclusive motivo de ansiedade dos professores pois eles sabem que os alunos também estão sendo prejudicados. Mas, acredito que não é simplesmente uma vontade dos professores, mas aí está em jogo, sim, a defesa do ensino público gratuito e de qualidade do nosso estado. É por isso que estamos acompanhando, é por isso que esperamos também com ansiedade que o Governo acene uma negociação e que possa pôr fim a greve dessas três Universidades que já passa, então, de setenta dias.

Gostaria também de me reportar a uma matéria que o jornal Gazeta do Povo traz no dia de hoje, no qual ela relata um pouco o dia-a-dia dos nossos professores. Não entrando em muitos detalhes, mas gostaria de citar essa reportagem feita pelo jornal onde fala que uma pesquisa realizada pelo senhor Augusto Jorge Kury, escritor e cientista na Universidade de Brasília, nessa pesquisa feita, coloca que os professores paranaenses têm uma das piores qualidades de vida entre os demais do Brasil.

“O excesso de trabalho e o salário baixo são algumas das causas que se agravam a cada ano e a principal é a falta de reconhecimento profissional”.

Então, isso demonstra também a realidade dos professores do nosso Estado do Paraná e demonstra que nós precisamos valorizar mais o nosso ensino, o ensino público e de qualidade que, com certeza, todos nós queremos.

Também aproveito o momento para citar, ontem eu vi aqui o deputado Ribas Carli, falando bastante da...

(Corte do Som)

Solicito o uso do Horário da Liderança do PT, senhor presidente.

Eu vi o deputado Ribas Carli falando um pouco sobre a economia do nosso estado e falava sobre a ques-

tão da agricultura e onde citava alguns dados e que eu gostaria de, hoje, poder contra-argumentar alguns dados aqui colocados, não desfazendo o que V. Exa. colocou, deputado, mas colocando um pouco do que o Censo Agropecuário nos diz.

O Censo Agropecuário de 1995, revela que os agricultores paranaenses contaram, em 1995, com trezentos e sessenta e nove mil, oitocentos e cinco estabelecimentos agropecuários, que abrangem quase dezesseis milhões de hectares. Ocuparam pouco mais de um milhão de trabalhadores, ou seja, de mão-de-obra, e contabilizaram cerca de cinco bilhões na venda da produção. Porém, existe uma diferença na composição do pessoal ocupado, inclusive também na dotação de recursos. Existe a forte concentração nos meios de produção em apenas trinta e dois mil, oitocentos e quarenta e seis estabelecimentos não familiares, perfazem um total de 10% dos estabelecimentos individuais.

Esses, ocupam 44% da área do valor bruto da produção vendida e empregam em torno de 17% que seria de mão-de-obra. Em contrapartida, os estabelecimentos familiares reúnem cerca de duzentos e noventa e quatro mil, setecentos e sessenta e cinco, ou seja, 90% dos estabelecimentos individuais, e detêm 55,7% da área total e empregam cerca de 83% da mão-de-obra, ou seja, do trabalhador. E isso aprimoram 57,8% do valor bruto da produção vendida.

Então, desta forma, quando falamos da questão da agricultura familiar e falamos que precisa de um incentivo maior, é porque realmente os dados nos mostram e que a agricultura é realmente responsável por cerca de 80% do produto básico colocado na mesa dos brasileiros, e no entanto existe uma diferença de tratamento, seja do governo federal, seja do governo estadual, por parte dos nossos agricultores familiares.

Ainda existe um incentivo muito maior aos grandes produtores do que aos pequenos agricultores e que esses são a maioria no nosso Estado, e são a maioria no nosso País, mas infelizmente não têm acesso devido ao crédito, não têm o incentivo que deveria ter a nossa agricultura, e sim o grande produtor consegue ter, sim, todo esse incentivo por parte dos governos.

Mas, enquanto o nosso pequeno agricultor é obrigado a esvaziar o campo, é obrigado a fazer com que êxodo rural aumente cada vez mais por falta de um incentivo maior à produção, por falta de um incentivo maior à educação, à habitação, à produção, ao transporte, que isso não é pensado como um contexto da nossa agricultura, do nosso Estado e do nosso País.

Era isso, senhor presidente.

Concedo um aparte ao deputado Fernando Ribas Carli.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Agradeço à deputada Luciana Rafagnin em conceder-me o aparte, tendo em vista que a ilustre deputada

citou o pronunciamento que fiz ontem nesta Casa, quando eu trouxe números aqui demonstrando o crescimento do emprego formal nas diversas áreas da economia paranaense, tanto na indústria, como no comércio, na prestação de serviços e também na agricultura. E nós procuramos, naquele pronunciamento, apenas evidenciar números oficiais que chegaram às nossas mãos, oriundos de informações do Ministério do Trabalho, que se baseou na RAES, que é a relação que todos os empregadores, todos os contadores que fazem a contabilidade de empresas individuais, enviam.

Então, eu queria só aqui reafirmar que os números demonstram que houve um crescimento no emprego formal no campo, como houve um aumento do emprego formal na área industrial, comercial e prestadora de serviço, e que conjunto, nesses últimos anos, o Paraná foi o Estado que teve o maior crescimento do emprego formal na região Sul do Estado.

Então, eu queria aqui novamente agradecer pelo aparte que me concede e ressaltar os números que eu trouxe. São números que constam de dados oficiais do Ministério do Trabalho.

Muito obrigado, nobre deputada Luciana Rafagnin!

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Agradeço ao deputado.

E, como eu disse no início, eu não estava aqui contradizendo V. Exa., mas sim queria colocar um dado do que é a agricultura no nosso Estado do Paraná, principalmente a questão da agricultura familiar.

Eu concedo um aparte do deputado Luiz Carlos Zuk.

O Sr. Luiz Carlos Zuk

Nobre deputada Luciana Rafagnin, eu queria fazer um adendo ao vosso pronunciamento, dizendo que nessa matéria de hoje, da Gazeta do Povo, onde o Augusto Jorge Cury, da Universidade de Brasília faz um relato estarrecedor a nós, paranaenses, e principalmente aos nossos visitantes que aqui se encontram, que mil professores de duzentas escolas de ensino médio e fundamental do Paraná, onde dessas 200 escolas, 90% são instituições públicas, chegaram a conclusão que 92% dos senhores professores sofrem de doenças psicossomáticas. Apresenta ainda o estado emocional que o professor vai à escola do Paraná ensinar nossos filhos. E quando ele ensina os nossos filhos, ele não tem dinheiro pelo salário que recebe para dar escolaridade aos seus filhos. Essa é a verdade que está transcrita aqui no jornal, que não é a do PDT, meu, não é do seu PT, do PMDB, do Nereu Moura, não é de nenhum dos partidos que sustentam o governo, mas é da família do Paraná.

Quero, senhor presidente, testemunhar e pedir que ficasse transcrito nos Anais deste Parlamento essa pesquisa que mostra a qualidade de vida que piora a cada ano no Estado do Paraná e no nosso querido Brasil.

(Lê):

Pesquisa mostra que qualidade de vida do professor piora a cada ano

Segundo pesquisas feitas pelo psiquiatra, escritor e cientista da educação, Augusto Jorge Cury, e pela Universidade de Brasília, os professores paranaenses têm uma das piores qualidades de vida entre os demais do Brasil. Excesso de trabalho e salários baixos são algumas das causas, que se agravam a cada ano. Mas a principal é a falta de reconhecimento profissional.

Augusto Jorge Cury elaborou a primeira pesquisa nacional sobre a qualidade de vida dos professores e a qualidade da formação da personalidade dos jovens. Foram entrevistados 1.000 professores de 200 escolas do ensino médio e fundamental do Paraná e de São Paulo, sendo 90% instituições públicas.

O psiquiatra chegou à conclusão de que, desse número, 92% sofrem de doenças psicossomáticas, apresentando três ou mais sintomas. E 41% apresentam dez ou mais sintomas. “Isso mostra um caos sem precedentes. A situação é gravíssima”, afirma Augusto Jorge Cury.

A principal doença é a dor de cabeça, que ocorre em 56% dos professores. Em seguida aparecer a ansiedade, em 50% dos casos, a insônia ou excesso de sono (47%), fadiga excessiva (47%), dores musculares (33%), gastrite (30%) e queda de cabelo de origem emocional (22%).

“São problemas da população em geral, mas ocorrem com mais frequência nos professores”, diz o psiquiatra explicando que a ansiedade não resolvida transfere-se para outros órgãos do corpo causando as doenças. “O cansaço físico decorre de um volume de pensamento que rouba energia e provoca desgaste físico muito maior que o de um trabalhador braçal. Isso causa um déficit de concentração e memória, analisa Augusto Jorge Cury.

Conflitos

A principal causa para tantos problemas emocionais e físicos é gerada pelos conflitos em sala de aula. De acordo com o pesquisador, 97% dos alunos estão agressivos e 95% estão alienados socialmente, desatentos e desinteressados. “O aprender em sala de aula, para muitos deixou, de ser prazeroso para ser tedioso. Os alunos não valorizam quem os ensina”, diz.

Augusto Jorge Cury lembra que os alunos não estão preparados para receber o excesso de informação existente nos dias atuais. “Hoje uma criança de 7 anos tem mais informação que uma pessoa de 70 anos tinha há um século. Isso faz com que o prazer em aprender assuntos do cotidiano diminua”, explica.

Há ainda, segundo o pesquisador, outros pontos que fazem com que os professores sintam-se desvalorizados. “O professor vive o dilema de educar filhos dos outros e saber que não terá dinheiro para educar os seus. O medo do futuro e a falta de perspectiva agravam a crise”.

Uma outra pesquisa feita pelo professor Wanderley Coto; da Universidade de Brasília, comprova que os professores paranaenses estão em situação crítica. No que diz respeito à Síndrome de Burnout, que é a da desistência do educador ou a perda de entusiasmo pelo trabalho, o Paraná está acima da média nacional.

Exaustão

No Brasil, por exemplo, 53,5% dos professores têm exaustão emocional moderada ou alta. No Paraná o índice é de 60,2%. Quando o assunto é a despersonalização (o professor perde suas características), a média brasileira é de 28,5%. A paranaense é de 32,9%. “A angústia, o excesso de aulas e o grande número de alunos nas salas causam o desgaste do professor. A Síndrome de Burnout é mais grave do que o estresse e a depressão” diz José Lemos, diretor da APP-Sindicato.

Caio Castro Lima”

E antecipo, na oportunidade deste aparte, que o nosso voto, do PDT, dos seis deputados, é a favor desses alunos, pela estadualização daquilo que eles merecem há muito tempo.

Muito obrigado.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Agradeço, senhor presidente, agradeço o aparte do deputado Luiz Carlos Zuk.

Com toda certeza, o ensino público gratuito no Estado do Paraná merece muito a nossa atenção, merece muito o nosso apoio. Com toda certeza vocês podem contar também com o apoio nosso.

Falo também em nome do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, companheiros e companheiras que participam da sessão no dia de hoje.

Primeiramente eu quero aqui, em nome do PMDB, em nome dos meus colegas parlamentares que compõem esta Casa, me solidarizar com o ilustre deputado Cezar Silvestri, competente parlamentar da região de Guarapuava, que sintetizando o sentimento da região de Guarapuava busca traduzir em realidade o sonho não só da juventude do CETEC, Faculdade de Guarapuava, que mantém os cursos de Medicina Veterinária e de Agronomia, que é não só de toda a população de Guarapuava, mas de toda a região.

Então, o PMDB nesta Casa irá votar em peso favorável a esta proposta para que ela se torne uma realidade e que Guarapuava tenha o mesmo tratamento dispensado a outras cidades do Paraná, porque nós tivemos aqui ainda neste mês a oportunidade de aprovar um projeto de

lei de autoria do Poder Executivo estadualizando diversas faculdades do interior do Paraná, criamos uma nova universidade, e é por isso que é plenamente justificável, é plenamente justa a reivindicação da comunidade de Guarapuava sintetizada aqui por esta proposta do ilustre deputado Cezar Silvestri e o nosso PMDB irá dar todo o apoio para que o projeto seja aprovado.

Agora, meus caros alunos, professores que aqui estão, é preciso que nós não causemos a vocês uma ilusão, porque o projeto, além de ser aprovado aqui na Assembléia, depende da sanção do governador Jaime Lerner. E depois da sanção do governador, transformando em lei o projeto que nós iremos aprovar, depende efetivamente da vontade do governador de fazer tornar-se realidade este sonho justo que toda a nossa região, a região Centro-Peste do Paraná possui.

Por isso, vocês podem levar com muita convicção daqui, do dia de hoje, que esta vinda vai ser frutífera, e a Assembléia Legislativa do Paraná, com certeza, irá fazer a sua parte, irá aprovar esta lei para que nós possamos fazer com que esta Faculdade de Guarapuava que ministra os cursos de Veterinária e Agronomia, possa ser estadualizada e assim os alunos possam ter uma condição melhor de estudar e de poder também ter uma qualidade de ensino melhor do que a que possui hoje.

Esta era a parte inicial do meu pronunciamento, senhor presidente, além do que acrescentar que recebi um manifesto aqui da Universidade Central do Oeste - Unicentro, através de uma carta aberta à população do Paraná e li atenciosamente as entidades que apóiam o projeto de autoria do deputado Cezar Silvestri.

Lá, entre as entidades, me deparei com uma que para mim é extremamente especial. refiro-me ao CAEG - Centro de Atividades Estudantis de Guarapuava, entidade que reúne os alunos de 1º e 2º graus, de Guarapuava.

E que eu tive a oportunidade, senhor presidente, no início da minha vida, ainda quando estudante do 2º grau, na cidade de Guarapuava, pude com muita honra e alegria ser o presidente dessa entidade que é também uma das subscritoras deste manifesto, em apoio à transformação da Faculdade de Guarapuava, que ministra os cursos de Agronomia a Veterinária, para que seja incorporada à Unicentro - Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná.

Senhor presidente, um outro assunto que me traz à tribuna é em relação ao iminente aumento da tarifa do pedágio. Segundo as notícias que circulam, o governador Jaime Lerner irá dar um presente ao povo do Paraná e conceder um reajuste à tarifa dos pedágios ou hoje ou amanhã.

Este é o presente que este governador, que tantos malefícios tem feito ao povo do Paraná, irá dar à população do nosso Estado. Já concedeu as nossas rodovias a empresas particulares, para explorar a nossa população - rodovias que foram construídas com o suor do povo do Paraná. O governador Jaime lerner entregou de presente,

para meia dúzia de empresários para que cobrassem o pedágio.

Na eleição de 98 aconteceu o maior estelionato da política paranaense - o governador Jaime Lerner reduziu o preço do pedágio, em 5%, para poder se reeleger governador do Paraná. Logo em seguida, concedeu um aumento ao pedágio de mais de 116%. No ano seguinte, um aumento de mais de 20%. Agora, este governador, que não tem dó do povo, consegue mais um reajuste à tarifa de pedágio, de mais de 10% - segundo as notícias, quando a inflação do período não chegou nem a 07%.

Este é o presente de Natal que este governador está concedendo ao povo do Paraná.

Senhor presidente, quero conclamar, nesta Casa, para que todos nós, deputados, que representamos o povo do Paraná, nos unamos aqui, para aprovar projetos de lei que foram colocados nesta Casa, para revogar o aumento que o governador Jaime Lerner pretende conceder às tarifas de pedágio, no dia de hoje ou no dia de amanhã.

Está aqui nas minhas mãos um requerimento antigo - já envelhecido pelo tempo - chegou até a pegar fogo - da CPI do Pedágio. Este requerimento que já comemoramos, simbolicamente, dois anos, dois aniversários dele, que está aí, para que possamos instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para descobrirmos o que é que aconteceu, que fez com que o pedágio do Paraná se tornasse o pedágio mais caro do mundo.

Esta CPI, infelizmente, não conseguimos instalar porque nós, da Oposição, somos minoria aqui nesta Casa. Ela está aí aguardando na Mesa a sua oportunidade de ser instalada. No seu lugar estão outras CPI's e estas outras CPI's, pelas informações que temos, na sua grande maioria, nem reuniões estão fazendo.

Só falta, deputado Pessuti, ao final do prazo regimental, apresentarem um requerimento ali, à Mesa, pedindo a prorrogação dos trabalhos dessas CPI's que não estão funcionando, e que apenas estão ocupando espaço para que nós não entremos nas entranhas do pedágio, para descobrirmos que marmelada foi essa, que fez com que esse pedágio se torne insustentável, caro, e o povo do Paraná tenha que pagar esta imoralidade que infelizmente prejudica a vida do povo do nosso Estado.

Está aqui nas nossas mãos e nós iremos continuar.

Se até o mês de fevereiro a CPI não for instalada, nós iremos fazer mais uma festa. Será a terceira festa em sinal de protesto, pela CPI que ainda não foi instalada. Mais um bolo iremos compartilhar com a imprensa do Paraná, em sinal de protesto por esta pouca vergonha de não termos investigado esta situação horrível para o povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Pequeno Expediente, deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Inicialmente quero fazer uma saudação, registrar a presença em nossa tribuna de honra, do Sr. Sebastião Guimarães Vieira, prefeito municipal de São Pedro do Ivaí, que se faz acompanhar de assessores e também do vereador Braz Masterale.

Também gostaria de cumprimentar, já que estamos aqui com alunos de Agronomia, uma das mais ilustres personalidades da agronomia paranaense, o meu amigo Florindo D'Alberto, presidente do Instituto Agrônomo do Estado do Paraná.

E quero, ao saudar os estudantes de Agronomia, os meus futuros colegas da Medicina Veterinária, dizer a todos vocês que nós estamos juntos nesta luta, e o nosso líder, deputado Nereu Moura já assim o fez, dizendo que nós vamos votar a favor, assim já o fizemos no dia de ontem, quando a emenda do deputado Cezar Silvestri foi relatada pelo deputado Ademar Traiano na Comissão de Constituição e Justiça.

Nós queremos dizer que estamos junto com vocês, da Escola Superior de Ciências Agrárias de Guarapuava, para que vocês possam ser estadualizados e juntados, se assim poderíamos dizer, incluídos dentre aqueles que pertencem à Unicentro, a exemplo também dos nossos amigos companheiros da Facinor de Loanda, e da Luiz Meneghel, onde, numa ação do deputado Accorsi, deputado Hermas também pretendem que aquelas instituições de ensino superior possam ser estadualizadas, e desta forma todos vocês e eles usufruam de um ensino público e gratuito, que nós particularmente defendemos, não só hoje, mas desde os tempos em que militávamos na política estudantil.

Então, parabéns a vocês, e contem com o nosso apoio.

Senhor presidente, lembrando aos senhores deputados e encarecendo que todos, amanhã de manhã, às 09h00, estejam neste plenário, porque teremos uma reunião do Parlasul, que congrega os parlamentares do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, quando vamos discutir temas de importância para a vida dos nossos cidadãos, como o Código de Defesa do Consumidor e uma legislação harmoniosa entre os Estados, no que diz respeito ao meio ambiente.

O presidente Hermas Brandão está nos convocando; o deputado Caíto que é o nosso vice-presidente do Parlasul e nós, como dirigentes da União dos Legislativos Estaduais estamos a convocar a todos para que amanhã possamos estar aqui reunidos.

Vim à tribuna, para rapidamente dizer que estamos realmente muito preocupados com as notícias que persistem com relação à venda da Copel.

Não bastou a opinião de mais de 93% da população; não bastaram as manifestações todas que ocorreram; não bastou a desistência de todos os interessados, aqueles possíveis e potenciais compradores da Copel; não bastaram as declarações do Francisco Gro, diretor do BNDES; não bastaram as declarações do ministro Pedro Parente, da Energia, como é conhecido o "ministro do apagão",

dizendo que não é momento de se privatizar, que não é momento de se vender aquilo que existe em termos de Companhia de Energia; não bastou nada disso e o Governo continua anunciando que poderá vender a Copel, mesmo que 93% da população esteja contra.

O que mais nos assusta neste momento, deveria ser recebido até como uma afronta aos interesses do Paraná, é essa postura que os chamados “advanced”, os consultores, enfim, que foram contratados pela Copel, para fazer a compartimentação, para preparar a avaliação da Copel, e levá-la a leilão, que não é possível nós assistirmos calados tudo aquilo que vêm esses consultores fazendo, no sentido de que a Copel possa ser vendida o mais rápido possível.

Até posso entender a voracidade deles, porque afinal de contas vão receber uma comissão por esse trabalho que estão fazendo, mas certamente esses consultores estão trabalhando contra os interesses verdadeiros do Estado do Paraná e por isso as suas atitudes merecem ser por nós repudiadas.

Uma outra questão que deixo aqui como indagação.

Há alguns dias atrás, no mês de agosto, o ex-ministro diretor da Copel, Deni Lineu Schwartz, pediu para sair da diretoria da Copel.

Agora, à boca pequena pelos corredores desta Casa, comenta-se que o Dr. Ferdinando Shawenburg, diretor-financeiro da Copel encaminhou o seu pedido de demissão, de afastamento daquela empresa.

Será que vai sobrar apenas o Ingo Hübert, a comandar a Copel? Por que será que o Deni Schwartz, no momento mais crucial da Copel, que é o momento da sua privatização, que é tentada dia-a-dia pelo Governo, foi embora? Por que será que agora o diretor-financeiro Ferdinando está pedindo para ir embora? O que está por trás de tudo isso?

Uma outra pergunta, uma outra constatação está aqui no jornal: BNDES financiará a ampliação de Tucuruí.

Ouvi aqui neste Plenário, por muitos lugares por onde andei, que o governo federal não daria empréstimo, não daria ajuda a nenhuma estatal, para que pudesse investir no setor energético.

Nós sabemos que Tucuruí pertence à Eletronorte, que pertence ao Sistema Eletrobrás. É uma empresa pública recebendo o financiamento do BNDES, como também receberá, tenho certeza, a Copel, financiamento, quando isso se fizer necessário. Portanto, aqueles argumentos de que a Copel não teria financiamento, competitividade, lucratividade, tudo isso está indo por água abaixo.

Hoje, quando recebi alguns empresários que pretendem construir termelétrica no Paraná, nos disseram estar vendendo o megawatt a sessenta e oito reais. A Traders compra de nós por sessenta e oito reais e vende a duzentos e setenta reais esse mesmo megawatt. Tem poder de competição.

Finalmente, dizer, deputado Nereu Moura. V. Exa. falou dos presentes de final de ano que o governador pretende dar. Nos últimos dias constatei que estamos com um governador tomado por uma febre de aumentos. Está aumentando o pedágio nas rodovias do Paraná, está aumentando o IPVA porque está diminuindo o desconto, conseqüentemente está aumentando e também estão aumentando os buracos nas rodovias do nosso Estado. É o governador que foi tomado pela febre do aumento. Aumenta o pedágio, aumenta o IPVA, aumentam os buracos. Só não aumenta as verbas para o ensino público e o salário dos servidores que desde 95 estão sem reajuste.

Era isso. Apenas algumas considerações para que todos possamos ter a consciência tranqüila do dever cumprido, quando fazemos essas denúncias e constatações aqui na Assembléia.

O SR. TIAGO AMORIM NOVAES (Pela Ordem)

Como deputado de Cascavel, do Oeste do Paraná, quero dizer que sou favorável a este projeto da estadualização da Faculdade de Guarapuava, porque a minha região Oeste do Estado, Guaraniaçu, Campo Bonito e o interior também terão este benefício e sou solidário a este projeto e o meu voto será “sim” à estadualização deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Concedo a palavra ao deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, nós assumimos o compromisso de vir a esta tribuna para colocar algumas questões, e com isto, possibilitarmos o debate. Esta Casa tem estado ausente de um debate frutífero, não por não ter aqui representantes que tenham condições de sustentar este debate, não que não tenham condições de fazer com que as idéias possam ser buriladas, mas pela própria abstinência.

Se iniciou a quebra dessa abstinência, com a presença do deputado de Guarapuava, legítimo representante do povo guarapuavano, junto ao deputado Cezar Silvestri, quando subiu à tribuna e colocou os resultados da questão do emprego, da questão da industrialização do Paraná.

E como o debate é próprio, vamos procurar alinhar para que tenhamos condições de tirar dele, o que de melhor pudermos.

Mas antes, quero cumprimentar os universitários aqui presentes, que buscam assim uma reivindicação que entendem eles ser legítima para a sua região. Parabéns, a cidadania se faz e se conquista diante da presença participativa e não apenas daquela que contempla. E hoje, aqui, os estudantes estão dando essa demonstração que, independente das posições que possam ter, nós precisamos participar. Esta é a lição que vai nos levar à condição de uma sociedade cidadã.

Senhor presidente, para responder onde nos levou a industrialização proposta pelo atual governo é que iremos levantar algumas questões.

Podemos iniciar um debate franco e aberto, no sentido de avaliar de forma verdadeira o desempenho sob a ética do custo x benefício do processo de industrialização. Especialmente no que tange ao processo automotivo implantado em nosso Estado, sustentado na sua grande parte com incentivos públicos, incentivos fiscais.

Desde já quero afirmar que não sou contra o processo de industrialização, mas sim, quero reafirmar. E não só em meu nome, mas tenho certeza, em nome de toda a Bancada de Oposição nesta Casa, que discordamos da forma, discordamos do encaminhamento que deram e da valoração que fizeram em relação ao processo de industrialização hoje em curso, especialmente o do automotivo. Desde o seu anúncio, fomos críticos quanto à forma e ao resultado que pretende chegar. E continuaremos a fazer as observações críticas ao processo de industrialização do atual governo, pois entendemos que este processo não deve priorizar, deputado Algaci Tulio, apenas a arrecadação tributária e ufanar-se de que o nosso PIB atingiu níveis elevados. O PIB é uma medida entre tantas outras do valor e da potência de uma economia.

Quando se tem, e no caso nosso, uma planta industrial do nível e da grandeza da Renault, Volkswagen, Audi, nós estamos expulsando, por consequência, o trabalhador, deputado Tony Garcia. Por quê? Porque temos em nosso país uma das plantas industriais mais avançadas do mundo, não permitindo com certeza a absorção da mão-de-obra, e isto faz com que o investimento - e aí é o nosso grande questionamento - o investimento dado ao setor automobilístico está em 125 mil reais para gerar o emprego. E tem alguns que, dependendo da planta industrial, dizem que são 130 mil dólares para sustentar um emprego permanente. E é aí que colocamos o desacerto da política industrial do governo, porque se eu fizesse na pulverização desta mesma atividade, com certeza, teríamos aí uma estratificação diferente com uma ampliação ainda maior no sentido de oferecer mais empregos. Só para um comparativo, 5 mil reais é o que se demanda para possibilitar a geração de um emprego permanente no comércio. 1620 reais é o que se precisa, deputado Alborghetti, para se gerar um emprego na agro-indústria. Mil e seiscentos reais, deputado Miltinho Pupio, que é da agricultura, enquanto no processo de industrialização são 125 mil reais. E a cada emprego, cada dois empregos gerados na agricultura, nós geramos um em receita, ou em acréscimo de receita marginal, para as famílias brasileiras e paranaenses.

Não se pode pensar apenas na geração de tributos. Por isso é que nós devíamos ter uma outra política.

É interessante...

O Sr. Fernando Ribas Carli

Nobre deputado, me concede um aparte?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Nosso tempo é pequeno. Eu tenho o prazer em dar. Pretendia usar o Grande Expediente, para que V. Exa. pudesse fazer o questionamento. Perguntaria ao deputado Waldyr Pugliesi se ele me cederia o Horário das Oposições.

O deputado Waldyr Pugliesi tem o Horário, mas vou tentar explicar e lhe oferecer o aparte.

Não se pode pensar apenas na geração de tributos, pois se para o Estado o interessante é o segmento que gera tributos, há que se pensar, enquanto Estado que propicia a geração de riqueza, com justa distribuição para sua população.

Poderão vir aqueles que com certeza, na contra-argumentação, defenderão a distribuição da riqueza através do pagamento dos impostos, através da presença do Estado. Mas, quando nós temos à frente da administração um Estado “padrasto”, priorizando investimentos como os realizados pelo Banestado Leasing, pelo Banestado Corretora, pelos Jogos Mundiais da Natureza e mais propriamente pelos investimentos realizados pelas multinacionais, jamais nós vamos continuar a propiciar uma justiça social via geração de tributos.

E só para ilustrar esta questão, a Fundação Getúlio Vargas traz um dado importante sobre o mapa da fome e por consequência, o seu fim, como é que nós acabaríamos. Este Estado que se ufana com emprego, com ampliação de PIB, que a todo instante ele é o melhor, o governo Lerner, que em novembro de 98, afirmou que geraria, só no sistema automotivo, 90 mil empregos, traz o seguinte mapa da fome: o Estado do Paraná tem na linha dos miseráveis, 20,88%, que vivem com renda inferior a 80 reais por mês; são 1 milhão, 996 mil paranaenses que estão abaixo da linha da miséria.

Vamos comparar, então, com os Estados da nossa região: Rio Grande do Sul, 16,76%, um milhão 706 mil; Santa Catarina, 14,4%, 767 mil catarinenses nesta situação.

E aí nós temos uma oferta que não condiz, do desemprego. Todo o sistema das montadoras. A proposta era de geração de 5 mil e 900 empregos. Foram os contratos estabelecidos, conforme publica a folha de economia da Gazeta do Povo, de 07 de julho de 2001. Foram 5 mil e 900 empregos. Possibilitou a geração, até aquela data, de 5 mil e 710 empregos.

E aí, senhoras e senhores deputados, vamos participar de um programa que trata da perspectiva e realidade do processo automotivo do nosso Estado. A realidade, nem sempre atende aos anseios das perspectivas iniciais. Há muitas vezes uma distância entre o que desejou e o que de fato se concretizou. No caso do programa de industrialização do Paraná, medido pelo programa Paraná Automotivo, a realidade a que se chegou, após cinco anos de intenso trabalho neste programa, deixou importantes lacunas que precisam ser repensadas, discutidas e rediscutidas, afirmou o responsável pelo trabalho que inclui, o Sindimetal, o SEAP, o SEBRAE, o TECPAR e o Sistema

FIEP, SESI, SENAC, CIEP e IEL. Esses, senhores deputados, correspondem, com certeza, a uma avaliação.

Isso é importante, senhor presidente, o debate nesta Casa é importante, assim como foi importante ouvir a Maçonaria, é importante que nós conheçamos mais do processo de industrialização.

Permita-me mais alguns minutos, até para que eu possa conceder um aparte ao deputado...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Aparte não, só permito que V. Exa. possa concluir.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Eu voltarei, deputado Ribas Carli.

Só para concluir, como se não bastasse isso e aqui ficaria a conclusão de outra data para mostrar que se tivéssemos feito uma outra opção, a opção do interior, da extratificação dos investimentos, nós produziríamos mais empregos.

A Gazeta do Paraná hoje, traz a seguinte informação: “Paraná já é o maior produtor de frango, produzindo 22 milhões de cabeças/ano, produzindo 25% da produção nacional e participando com 19% da exportação.”

Se nós tivéssemos feito uma outra opção, não a opção de investir em grandes empresas multinacionais, com certeza nós teríamos outra realidade no Paraná. Se nós tivéssemos feito a opção política de industrialização que foi realizada na década de 70, quando o Estado do Paraná atraiu a Volvo e a New Holland, com certeza nós teríamos um ganho, e este ganho, senhor presidente, está assim estabelecido pelo Sindimental. Se por um lado as empresas de base, aquelas que produzem no Paraná melhoraram em muito sua performance de faturamento, é ainda insignificante, corresponde ainda a menos de 2% de todo o produto acrescentado num veículo.

2% só aplicado em cada veículo produzido no Paraná das indústrias aqui produzidas.

Voltaremos ao assunto, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pequeno Expediente, deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores deputados. Faço uso da tribuna, neste momento, devido ao episódio que ocorreu com o delegado de Laranjeiras do Sul, delegado que quando para lá foi deslocado foi num acordo com a Secretaria de Segurança, para lá permanecer alguns meses e completado esse tempo ele foi recolhido porque ele assumiria uma nova função, mas é do estilo do delegado Bradock de quando ser removido de uma cidade, polemizar com o líder da cidade ou região. E quero dizer que não pedi a transferência desse sujeito, mas se tivesse conhecimento do seu currículo, já teria pedido, mas chegou as minhas mãos, através do correio, há cinco minutos, a ficha do delegado Bradock, Mário Sérgio Zakeski, vulgo “Cachimbo”. Vou fazer a leitura de uma parte da

vida desse cidadão, até para que a imprensa preste atenção, porque estão transformando um vilão num herói. E a Polícia do Paraná não precisa de herói, precisa de bons policiais.

Para mim ele é um palhaço vestido de Rambo. Eu estou enfrentando-o. Pela primeira vez alguém tem coragem de enfrentá-lo.

Para que os senhores tenham idéia do que esse sujeito fazia em Laranjeiras do Sul; um belo dia fui tomar café no Hotel Palmeira, às 8h00 da manhã; ele estava tomando café munido de uma metralhadora. Um homem que toma café com uma metralhadora é porque deve alguma coisa. Descobri o que ele deve. Esse homem deve ser recolhido pela Polícia Civil e guardado nos porões escondido da população. Não pedi a sua transferência de Laranjeiras, mas a partir de hoje usarei todas as minhas forças para que ele não vá mais ser delegado em lugar nenhum desse Estado.

Cito um outro fato que aconteceu em Laranjeiras: ele tinha uma ordem de prisão de um determinado cidadão que era líder em Laranjeiras do Sul: ele aguardou o aniversário do cidadão para prendê-lo, e ele já tinha a ordem de prisão há muito tempo.

Ele é um homem que gosta de aparecer. Ele é um marqueteiro. Em cada lugar que vai quer arrumar uma bronca com um deputado para se transformar em herói. Mas desta vez teve alguém que me protegeu e me mandou a folha corrida. Esse cidadão, denominado “Cachimbo”, porque de Bradock ele não tem nada, tem um processo de ação penal na Polícia Federal, instaurado que diz o seguinte, prestem atenção: “em 1989 na qualidade de agente da Polícia Federal, na cidade de Foz do Iguaçu, ao realizar um interrogatório no interior da DPF, acabou ocasionando a morte do interrogado com um disparo de arma de fogo na cabeça”.

Sabem o que ele fez com o interrogado? O interrogado sentado numa cadeira, sendo interrogado, ele adentrou no lugar do interrogatório, sacou do revólver e foi fazer uma roleta russa e por infelicidade matou este cidadão. Este é um dos assuntos que o delegado Bradock tem que explicar à imprensa do Paraná. Faz dois dias que vocês estão transformando este vilão em herói.

Quero dizer mais. Este homem parece técnico de futebol: em todas as cidades que vai não fica cinco meses. Alguma coisa está errada, porque se ele fosse um bom policial, não teria feito isso aqui. Ele foi condenado. Tem a condenação de dois anos. Outra questão, ele foi removido de outras cidades por ter se envolvido com a mulher de um médico e mexido com a família dela.

E, meus amigos, de repente, há dois dias, vejo o delegado “Cachimbo” dando entrevista como herói nas rádios de Curitiba!

Será que nós já não tivemos várias experiências nesta País de heróis que surgiram e que fizeram o que fizeram? Está aí o exemplo do Color; está aí o exemplo do Bradock, que não tenham dúvidas, se não tivermos coragem e tivermos medo dele, não mostrarmos a ver-

dade, esse homem amanhã ou depois, vai ser senador ou presidente da República, porque a imprensa e as rádios só falam nele, e não contam a verdade da vida desse cidadão!

Quero dizer aos senhores deputados: não pedi a transferência dele de Laranjeiras do Sul, mas se soubesse disso que recebi agora pelo correio, certamente teria pedido, porque quero zelar pela população que representa.

Então, é importante esse fato, porque é chegado o momento de desmascarar esse cidadão. Ele é marqueteiro de primeira! Ele quer aparecer à custa da sua mentira! Ele mente para o povo!

E agora, segundo informações, saiu de Laranjeiras do Sul e está vindo com a juíza de Laranjeiras do Sul para Curitiba, para vir aqui na Assembléia dizer que faltei com o decoro parlamentar.

Quero dizer aos senhores: se formos fazer o levantamento ali no Tribunal de Justiça das representações que têm contra essa juíza, o currículo ela também não é desejável.

Então, acredito que chegou o momento de alguém enfrentar esta parada e vou enfrentar, doa a quem doer!

O Paraná vai conhecer esse cidadão! Não é possível que um homem dessa extirpe, com esse passado, possa estar sendo transformado num herói!

Não faria esse pronunciamento, porque acho que esse cidadão não merece um pronunciamento nesta Casa de Leis, mas quem cala, consente. Como não tenho o poder de falar com todas as rádios aonde ele deu entrevista no decorrer do dia de hoje e de ontem, estou aqui pedindo à imprensa do Paraná que nós tenhamos cuidado e vamos lá fazer uma investigação.

Esse cidadão por último, quando foi recolhido de Laranjeiras do Sul, adentrou numa rádio local de metralhadora na mão, invadiu o estúdio, tomou o microfone da mão do locutor e falou o que bem quis. Agora está vindo a fita de Laranjeiras do Sul e vamos representar quanto a este cidadão.

E espero que o Secretário de Segurança do Paraná, ao ter conhecimento agora do currículo desse cidadão, não mande esse homem ser delegado em lugar nenhum, porque um homem que faz a roleta russa e mata uma pessoa dando depoimento, imaginem o que ele faz na calada da noite!

O Sr. Moysés Leônidas

Permite um aparte, deputados?

O SR. VALDIR ROSSONI

Com a permissão do presidente, posso conceder um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

O deputado já usou o Horário da Liderança e o Pequeno Expediente!

O Sr. Moysés Leônidas

Só um segundo, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Gostaria que fosse bem breve.

O Sr. Moysés Leônidas

Senhor deputado Valdir Rossoni, quero cumprimentá-lo pelo seu desprendimento, que aliás, de um lado ou de outro, o deputado sempre deveria se fazer respeitado aqui, inclusive o Poder ser respeitado.

Hoje acordei cedo e já ouvi pelas emissoras de rádio, dentre elas a própria CBN, que lidera esse horário, falando desse cidadão.

Acredito no que V. Exa. está dizendo.

Não tenho conhecimento dele, mas queria, no seu pronunciamento, fazer um apelo aqui a quem de direito. Daí dessa tribuna, eu já falei diversas vezes da questão da segurança de Londrina, especificamente na questão do delegado que está lá. Pois é, o roubo de carro tem crescido em Londrina coisa fora do comum. Esse delegado não é o Bradock, esse é silencioso, esse não é marqueteiro, mas, que tem um acerto lá na minha cidade que pode roubar até seis carros por dia. Passou daí, a polícia acaba interferindo.

Então, eu queria deixar junto. Já que tem um marqueteiro, que é o senhor Bradock, tem um silencioso, que é o senhor Garre (?) em Londrina. Quem tem ouvido que ouça essa reclamação, porque eu também já não suporto mais, inclusive receber ameaça de morte na minha casa. Uma hora querem matar a minha filha, outra hora mandam recado daqui para lá, porque estou combatendo e defendendo a sociedade de Londrina.

Então, quero cumprimentá-lo, e dizer que passo a cada dia mais a admirar a sua postura.

Ainda ontem ouvia o deputado Nereu Moura dizendo o seguinte: “fui eleito aqui para fazer discurso”. E é bem verdade. O deputado Nereu usa desse expediente e ele tem que fazer valer o poder de representação. Então, V. Exa. aqui é autoridade, e nós não podemos militar um marqueteiro e outro calado, ainda mais os dois sendo nocivos para a sociedade do Paraná.

Parabéns!

O SR. VALDIR ROSSONI

E só para justificar, estou distribuindo aqui o currículo do delegado “Caximbo” e está escrito embaixo: aos cuidados do senador Requião. Para justificar: o senador Requião deu uma entrevista em Laranjeiras do Sul apoiando o delegado Caximbo e agora eu liguei para o senador Requião, com o respeito que se deve a um senador, e disse que gostaria de informá-lo do currículo do delegado para ele não cometer equívoco de defender alguém a quem ele não conhece o passado. O senador Requião foi receptivo, respeitoso e por isso que está escrito embaixo, porque eu passei um fax ao senador Requião, há poucos minutos, ao Senado da República.

O SR. TIAGO AMORIM NOVAES

Concede-me um aparte, deputado?

O SR. VALDIR ROSSONI

Para encerrar o meu pronunciamento, concedo um aparte ao deputado...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Gostaria que os deputados colaborassem, porque o deputado Cezar também pediu aparte antes ainda, embora a palavra seja do orador, mas ele usou o Pequeno Expediente, o Horário da Liderança.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o deputado Durval Amaral pode dar o Horário da Liderança ao Governo para o deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, eu gostaria que, se possível, V. Exa. tivesse a compreensão, porque todas as vezes que um parlamentar aqui foi agredido de forma mentirosa, como fez esse cidadão, sempre se deu o espaço para que ele pudesse se defender e acho que hoje está acontecendo comigo; amanhã poderá acontecer com um de vocês.

Agradeço, senhor presidente!

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Valdir Rossoni, eu, para ser bastante honesto, conheci o delegado Bradock há alguns dias atrás, quando ele esteve aqui na Assembléia Legislativa e almoçou aqui.

Então, não conheço a pessoa dele.

O SR. VALDIR ROSSONI

Também não conheço.

O Sr. Cezar Silvestri

V. Exa. traz uma outra versão do que sempre se propagou sobre a personalidade e a maneira dele agir, até porque ele sempre ocupou muito espaço na mídia. Agora, o que eu não posso, e por isso não fiz questão de fazer este aparte, é concordar com o método da forma que ele age.

Sou testemunha disso, eu também represento os municípios de Laranjeiras do Sul, de Guarapuava e a região Centro-Oeste do Paraná, e várias pessoas estiveram aqui no meu gabinete, ligaram para a minha pessoa, para que eu intervisse exatamente pela forma como ele vem agindo, de forma truculenta, não respeitando absolutamente a lei, passando por cima, não respeitando autoridade nenhuma. Não é só o desrespeito com os deputados, não respeita, muitas vezes, juízes, não respeita prefeitos, enfim, ele, podendo aparecer na mídia, faz de tudo que realmente apareça, desrespeitando tudo aquilo que inclusive ele jurou como delegado de Polícia, que ele deveria

respeitar principalmente as leis e a Constituição do Estado do Paraná e a Constituição Federal.

Sou solidário a V. Exa. nesse pronunciamento. Como eu disse, não quero aqui fazer um julgamento sobre a atuação dele, sobre a sua folha corrida, porque não o conheço e nem a folha corrida. Estou ouvindo essa sua versão de apenas hoje, e realmente não posso concordar com a forma como ele vem agindo lá na nossa região.

O Sr. Tiago Amorim Novaes

Senhor presidente, se for fazer um relato completo da história do Mário Sérgio Bradock, dá uma novela de 500 capítulos! Aliás, esse mesmo delegado passou por Cascavel, em uma certa oportunidade ele escavou um quarteirão inteiro, dizendo que lá tinha uma criança que estava enterrada. Não achou ninguém; só lama e água. E depois saiu com a cara enfiada no meio das pernas. Além disso, eu quero parabenizar o deputado Valdir Rossoni.

Felizmente também é do nosso Partido, o PTB, que tem que existir realmente essa coragem de poder denunciar atitudes e arbitrariedades que ocorrem hoje dentro da Polícia Civil do Estado do Paraná e também dentro da Polícia Militar, a exemplo do que aconteceu com um policial aqui em Curitiba, que foi assassinado covardemente, a exemplo do que aconteceu com esse delegado Bradock, na cidade de Foz do Iguaçu.

Agora, o pior de tudo isso, meu caro Valdir Rossoni, é que hoje, dentro da Polícia Civil, eu posso fazer um exemplo como Cascavel, vocês não vão acreditar, mas dentro da Polícia Civil de Cascavel tem elemento que já foi preso pelo Grupo Tigre - aqui em Curitiba, respondendo assalto seguido de sequestro. E o pior é que semana passada teve um assalto, seguido de sequestro, de uma família tradicional de Cascavel. E quem estava procurando os seqüestradores? O próprio seqüestrador!

É uma vergonha! O secretário de Segurança Pública, José Tavares, parece que não está vendo esse tipo de coisa!

Parabéns, meu caro Valdir Rossoni!

O SR. VALDIR ROSSONI

Apenas para encerrar.

Na segunda-feira pela manhã, ele esteve em um posto de gasolina, em Rio Bonito. E aí conversando com os frentistas, vejam o respeito que ele tem pelas pessoas: “- Passeando por Rio Bonito, Bradock?”

“- Não, vim prender esse vagabundo do prefeito de Rio Bonito”.

Um homem que é a terceira vez prefeito de Rio Bonito, um homem de respeito, um homem que tem o respeito da população de Rio Bonito, e é a forma que o delegado trata as autoridades!

Se nós nos calarmos, amanhã ou depois ele estará aqui dentro com a sua metralhadora, os dois revólveres e a faca que ele carrega, como deputado aqui dentro! E aí vamos ter que nos curvar e dizer amém!

Então, enquanto eu tiver força e tiver essa coragem, eu vou continuar combatendo esse tipo de coisa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Grande Expediente, com a palavra o deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Primeiro, quero deixar registrado nos Anais desta Casa a luta do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, a luta da Federação Nacional dos Jornalistas, do meu País, porque há uns 30 dias todos os jornais do Paraná, mais por um hábito eu recebi a Gazeta e a Folha do Paraná e nos dois estava essa nota: que uma meritíssima juíza quer acabar com a profissão do jornalismo no Brasil.

A Federação Nacional dos Jornalistas, a FENARJ, está lutando na Justiça para manter a obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo. Uma liminar concedida pela meritíssima juíza da 16ª Vara Federal de São Paulo, tenta acabar com essa conquista histórica dos jornalistas. A FENARJ já entrou com recursos, com um pedido para suspender a liminar. No campo político, os jornalistas de todo o Brasil estão nas ruas para defender a regulamentação profissional, a ética e a qualidade da informação.

Vejam bem, senhores deputados, os senhores são eleitos pelo voto popular, vêm para cá, prestam juramento, recebem, primeiro, do Tribunal Regional Eleitoral o diploma, que é a garantia, chegam no Parlamento, exercem, colocam a mão na Constituição do meu Estado e exercem um mandato de deputado. Só falta se criar uma lei extinguindo o mandato de deputado, que qualquer um que quiser, por exemplo, criar uma lei aí, cada um que fizer 100 votos pode ser deputado. Então, tem que criar 300, 400, 500 lugares, um milhão de lugares aqui, é o mesmo que querem fazer com os jornalistas no Estado do Paraná.

Acho que esta luta, o jornalismo é uma profissão séria, eu sei, o boletim que retrata muito bem a carreira do jornalista. Eu comecei a minha carreira junto com o jornalista Hermano Henning, numa emissora de rádio, levantando às seis horas da manhã. Eu era operador de som. O Hermano fazia locução, depois eu fui para a locução, fui para o Rio, no Instituto Gutemberg. Não existia a Rede Globo de Televisão, existia a Rede Tupi de Televisão, quando lançou a primeira novela, O Hospital, com Stênio Garcia, que hoje está fazendo o papel de Alli na novela O Clone, e eu fui locutor de cabine - atenção, senhores pais, programa liberado para este horário pelo Departamento de Censura da Polícia Federal. Enfim, a minha carreira eu comecei no rádio, depois fui beneficiado por uma lei na época do presidente Geisel.

Respeito o jornalismo, respeito o verdadeiro radialista porque eu sou profissional de rádio e com carteira

registrada, registrada com número e todos os direitos que me consistem.

Qualquer um pode entrar numa televisão, comprar um horário, qualquer um pode escrever num jornal, qualquer um pode comprar um programa de rádio. Então, nós temos que acabar com esta picaretagem no rádio, na televisão e no jornal. Acho que o jornalista merece respeito.

Se eu tivesse o poder, eu contrataria um jornalista para cada gabinete, de todos os deputados, porque o jornalista sabe escrever, ele cursou uma universidade para isto. O mesmo está fazendo o meu filho.

Agora o meu filho chegou a semana passada - o que adianta eu ir fazer faculdade se vai acabar agora, eu vou me formar, e daí? O que vai acontecer? Ele me chama de papai - O que vai acontecer, papai, se eu fizer jornalismo agora? Vai acabar? Quer dizer, todo mundo pode ser jornalista?

Então, são coisas que realmente entristecem a classe dos jornalistas do Estado do Paraná, porque nós temos grandes emissoras de televisão, grandes emissoras de rádio, grandes jornais no Paraná que não devem nada aos de São Paulo, que não devem nada aos do Rio, nós temos jornais de fibra, de categoria, nós temos grandes articulistas políticos, grandes jornalistas, não só os repórteres que aqui estão. Não estou aqui cascateando, não sou pelego de ninguém, estou aqui defendendo e acho que com muita justiça a classe dos jornalistas do Estado do Paraná, e quero parabenizar a Federação Nacional dos Jornalistas, e quero parabenizar o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná e espero que a Casa mande, com assinatura dos 54 deputados um apoio à Federação Nacional dos Jornalistas para que a meritíssima juíza da 16ª Vara Federal de São Paulo não acabe com o diploma do jornalista do Estado do Paraná. É a mesma coisa, tem que entrar com uma liminar e acabar com a profissão da juíza também. Quer dizer, acabar com a profissão do advogado, acabar com a profissão do médico, quer dizer, estão fazendo os jornalistas do Paraná, do Brasil inteiro, de palhaços? Jornalista não é palhaço! Merece respeito! Tem que ser respeitado porque hoje a imprensa brasileira tem que ser respeitada, porque nós vivemos numa democracia e não numa ditadura.

Meus parabéns à Federação Nacional dos Jornalistas e ao Sindicato dos Profissionais do Paraná.

Outra coisa que queria dizer, senhores deputados, eu recebi, quanto a Bradock, não Bradock, etc e tal, o deputado Valdir Rossoni tem o meu apoio

Quero dizer aos senhores deputados, o seguinte: eu fui à televisão, outro dia - por isso que concordo com o artigo da Federação dos Jornalistas Profissionais do Paraná. Estou sendo processado pelo delegado de polícia de Londrina - não só por ele. Eu disse que ele era medíocre - procurei no Aurélio e, medíocre, não é nem, bom, nem ruim. Ele entrou com um processo contra mim.

Na cidade de Londrina, em cada esquina, você compra cocaína. Londrina é um cidade que está uma verdadeira monstruosidade, em termos de tráfico de drogas.

Não é só em roubos de carros, não! Em Curitiba também, em qualquer lugar você compra cocaína - em qualquer esquina. está como comprar sorvete!

Está uma verdadeira pouco vergonha!

Então, não venham falar que existe uma segurança moderna, no Paraná, porque não existe. Não venham contar essa “cascata”, esse “conto de sereia”, porque aqui, ninguém é otário! Eu não sou otário! Não venham dizer que tem segurança moderna, no Paraná, onde dois policiais militares matam um policial, da Polícia Civil, por ele ser negro - isso é racismo. Para um policial na rua dizer: “Negro. Vagabundo. Ladrão. Marginal”. Pontapé, tiro, e ele acaba morrendo.

Ora, também não é por causa de dois policiais, que nós vamos aqui denegrir a nossa gloriosa Polícia Militar, que também é uma das melhores do Brasil. Temos uma grande Polícia Civil e uma grande Polícia Federal. Não venham falar que existe uma segurança moderna no Paraná, porque não existe.

Hoje, já houve um seqüestro relâmpago na Capital do Estado. Ontem, houve outro seqüestro relâmpago: pegaram uma senhora, colocaram-na no porta-malas de uma Mercedes pequena, levaram-na para tudo quanto é lugar - barbarizaram.

Se não bastasse, ontem, essa semana, deputado Augustinho Zucchi, um cidadão saiu da penitenciária, foi a um hipermercado. Passei a matéria hoje e fiquei estrarrecido, quando ouvi o rapaz falar na televisão: “Eu nasci para o crime, sou do crime e gosto só de roubar bacana. Só gosto de assaltar bacana. Eu vou continuar. Saí, seqüestrei uma madame da alta sociedade. levei ela ao banco, saquei dinheiro; fui para o supermercado, comprei televisão a cores, vídeo-cassete, CD Player, DVD.” Fiquei estarrecido com o depoimento desse rapaz. Ele virou para todo o Paraná, no meu programa e disse: “Vou dar uma descansada na penitenciária novamente e, depois, volto e vou continuar assaltando, matando, roubando e violentando. “Essas coisas entristecem a família brasileira do Estado do Paraná.

Senhor presidente, para finalizar, recebi uma carta:

“Ao senhor deputado Alborghetti: Somos estudantes universitários, dos cursos de Agronomia e Veterinária da escola Superior de Ciências Agrárias.” Esta carta foi-me entregue em mãos, na porta do meu prédio, é da Fundação Educacional de Guarapuava, sediada no campus do Cedetec (?).” Nossa luta está sendo a estadualização dos cursos citados acima, em virtude dos altos custos, para os estudantes. Visando, igualmente, a melhoria do ensino e desenvolvimento da região. Estamos conscientes da importância de ambos os cursos, visto que nossa região é essencialmente agrícola. Muito alunos, porém, se vêem obrigados a abandonar os estudos, por falta de recursos. Solicitamos, deste modo, seu apoio e influência, junto à Assembléia, na aprovação do projeto da estadualização. Desde já agradecemos: Paulo Henrique Reis, Luiz Artur Reis e Solange P. - alunos desta Faculdade. Deputado Alborghetti há poucos dias recebi um telefonema de pes-

soas muito queridas minhas, que moram em Guarapuava, pedindo ajuda. Trata-se de jovens que cursam a Faculdade da região, Escola Superior de Ciências Agrárias - ESCA -, que têm grande dificuldade de se manter na Faculdade devido ao alto custo das mensalidades. O problema se agrava ainda mais, deputado, pois os cursos que são oferecidos, Agronomia e Veterinária, são realizados em tempo integral. Esse fator faz com que esses estudantes não tenham tempo para trabalhar a fim de auxiliar os seus pais no custeio do curso, e ainda sofrem com uma grande dificuldade em conseguir estágios remunerados, também pela concorrência de outros, que buscam esse meio para o sustento.

Claro que em todas as regiões do Paraná e do Brasil, uma minoria possui família abastada, que pode facilmente sustentar seus filhos. Porém, o número de estudantes que precisam desistir da oportunidade de ter um diploma de cursos superior é grande. A exemplo, posso citar meus dois primos que fazem agronomia e que são órfãos de pai, sua mãe é aposentada e a duras penas está conseguindo manter os dois na faculdade, mas tem receio de não conseguir mantê-los até o fim do curso. Seus colegas que eu também conheço, passam por situação semelhante. Enfim, a ajuda que solicitam do ilustre deputado Alborghetti é a seguinte: Todos os estudantes de Guarapuava e das outras duas escolas superiores do Paraná, que também estão incluídas em projetos de estadualização, estão entrando em contato com quem conhecem, algum deputado estadual, para clamar por seu voto a favor da estadualização.

Na última votação eles perderam por apenas um voto, e mais do que nunca percebem quanto um voto a mais pode dar condições a centenas de estudantes de serem um diferencial no Paraná e por que não no Brasil.

Desse modo, como sua vizinha, tomei a liberdade de lhe escrever solicitando uma reflexão carinhosa sobre esse assunto e apelando para a sua atenção com o povo paranaense, sabendo da sua luta em prol deles, de nós. Nesta semana haverá nova votação e seu apoio será fundamental.

Garanto que a garra e o desejo desses jovens é grande e nobre; eles merecem.

Ao meu ver, como psicóloga e cidadã, esse é um dos únicos meios que temos no Brasil, de qualificar e educar o nosso povo, buscando um afastamento da falta de cultura, dependências químicas, criminalidade, vandalismo, pobreza e diminuição da desigualdade social.

Agradeço a sua atenção e se o senhor aderir a essa luta, solicito que utilize os meios cabíveis para intervir a nosso favor.

Cordialmente.

Viviana Loman

Curitiba, Pr.”

Então, eu queria dizer aos estudantes, eu tenho uma sobrinha que é engenheira agrônoma. Eu vejo muito o deputado Augustinho Zucchi, que é engenheiro, e quando ele vai à tribuna, eu me envaideço de ver a aula

que ele dá sobre agronomia. Eu me envaideço quando vejo o deputado Pessuti ir à tribuna, como veterinário, dar aulas sobre veterinária, o quanto é importante o veterinário, o engenheiro agrônomo, como é V.Exa., educando o nosso lavrador, como ele tem que plantar, como ele tem que produzir, como é importante o engenheiro agrônomo, o médico veterinário, educar o pecuarista, como é que ele tem que cuidar do seu rebanho, do seu bovino.

Então, eu admiro a sua profissão como admiro a profissão do jornalista, como admiro a profissão do médico, do professor que educa os nossos filhos, o professor é o segundo pai dos nossos filhos, a professora, a segunda mãe dos nossos filhos.

Então, eu gostaria de dizer que em homenagem a V. Exa. deputado Augustinho Zucchi, em homenagem ao deputado Orlando Pessuti, em homenagem àqueles que plantam, àqueles que estão na carpa ou na banha do algodão, àqueles que têm o seu pedacinho de terra, mas que não têm orientação, como V. Exa. teve na universidade, não tem a orientação do engenheiro agrônomo, do médico veterinário e em homenagem ao deputado Cezar Silvestri e a todos os estudantes de Agronomia e de Veterinária, se esse projeto tiver um voto, é o meu. Eu votarei com esses estudantes, em sua homenagem. Não me importa, peço à Bancada do meu Partido, PTB, se o PTB chama de Partido Trabalhista Brasileiro, esse projeto é trabalho, é cidadania, é Justiça Social e quem vota contra a cidadania e Justiça Social não pode ser deputado estadual.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela Ordem, depurado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, o deputado Cezar Silvestri vai encaminhar a votação desse projeto, brilhantemente defendido pelo deputado Alborghetti.

O deputado Cezar Silvestri faz da emenda desse projeto, acho que é uma questão de justiça com a região Centro Oeste do Paraná, mas, mais do que isso, é uma questão de justiça com a agricultura e a pecuária do nosso Paraná.

Eu estudei num colégio agrícola em Guarapuava, depois fiz a Universidade Federal do Paraná e me tornei engenheiro agrônomo. Tenho orgulho dessa profissão, como todos os profissionais têm orgulho da sua. Quero me somar aos estudantes que estão aqui e que representam toda a nossa região. Sou da região Sudoeste do Paraná, assim como os deputados Traiano, Nereu, Caíto e como outros deputados. E que muitos que estudam lá em Guarapuava, fazem veterinária ou fazem agronomia.

Para nós é uma questão extremamente importante para o Estado do Paraná, repito, porque a nossa vocação é sedimentada na agropecuária. Acho que futuros profissionais, meus colegas engenheiros agrônomos e meus companheiros médicos veterinários terão muito a contribuir

com o nosso Paraná e a dar exemplo para o nosso Brasil, como vejo aqui o nosso Presidente do IAPAR, que aqui está. A nossa gloriosa empresa de pesquisa, no Paraná, o IAPAR, aqui representada pelo doutor Florindo.

Tenho certeza absoluta, que nós todos deveremos nos unir para fazer o possível para ajudar a nossa agricultura, e o fundamental para a nossa agricultura e para a pecuária é estabelecermos o conhecimento. Dar a possibilidade ao nosso agricultor, do conhecimento.

Por isso, o deputado Cezar Silvestri tem o nosso apoio incontestável, incondicional nessa Emenda.

Acho que todos os deputados devem prestar uma homenagem à agricultura e à pecuária do Paraná, votando a favor desse projeto para a estadualização dos cursos de Medicina Veterinária e Agronomia.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Grande Expediente, ainda 10 minutos para Fernando Ribas Carli e tem mais 5 minutos no PPB, que também está inscrito. Então tem 15 minutos.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Tivemos a satisfação de ouvir diversos pronunciamentos na tarde de hoje, um deles do ilustre deputado José Maria Ferreira, que trouxe para esta tribuna a seqüência ou a continuação do debate sobre os dados que nós trouxemos a esta Casa no dia de ontem, a respeito do crescimento do Paraná nos diversos setores, falando do projeto de desenvolvimento industrial que se implantou a partir de 1995 e eu queria reafirmar ao deputado José Maria Ferreira, que este é um debate produtivo e que vamos ter a oportunidade de retornarmos à tribuna para que possamos debater esses números, mas o deputado Ferreira se referia ao equívoco que foi o processo de industrialização do Paraná e que um emprego no setor industrial de alta tecnologia tem um custo elevado, se comparado com o emprego gerado no setor de prestação de serviço, no comércio e agroindústria.

Nós vamos ter a oportunidade de nos alongarmos nesse debate e que o setor de serviços e o comercial não teriam tido o crescimento que tiveram no Paraná, se não houvesse crescimento no setor industrial. A atração de investimentos que aconteceu no Paraná nos setores automotivos, industrial e madeireiro, proporcionaram a criação de inúmeros empregos no setor comercial. É só avaliarmos a quantidade de empresas comerciais que se instalaram em Curitiba e interior do Estado. Da mesma forma, os prestadores de serviços.

No pronunciamento de ontem, eu me referia aos restaurantes industriais que passam a fornecer refeições para as indústrias automotivas ou para as indústrias que fornecem à indústria automotiva.

É uma corrente que se forma.

Eu não quero contrapor, mas fazer um comparativo com o que disse o deputado José Maria Ferreira, que na

verdade, a geração de tributos não é o principal motivo. Não deveríamos nos basear somente na geração de tributos, mas eu considero e acredito que é através dos tributos que poderemos fazer a distribuição de renda. É o Estado que, com o poder de tributar, pode distribuir melhor os recursos oriundos dos impostos para que possa desenvolver todos os setores.

Quando o deputado José Moreira Ferreira diz que existem tantos mil miseráveis no Paraná, que vivem abaixo da linha de pobreza, concordo. Temos que trabalhar muito para revertermos esse número que é ruim para nosso Estado. Tenho convicção que este número em 94, era muito maior, porque os índices que o Ministério do Trabalho forneceu, demonstram que houve um aumento no emprego formal no Estado do Paraná. Por conseguinte, se nós temos miseráveis hoje, anteriores ao ano de 2000 ou 2001, mais precisamente, dados de 94, porque eu fiz um comparativo com os números fornecidos pelo Ministério do Trabalho. Naquela época, deveria existir mais miseráveis.

Quanto à questão da geração de tributos, como distribuição de riquezas, que quero lembrar a todos os deputados que é muito simples fazermos um comparativo.

Se pegarmos um município do Paraná, fronteiro a um município de São Paulo com o mesmo número de habitantes, com a mesma área territorial e com a mesma economia, se fizermos um comparativo do que arrecada um, do que arrecada outro, do que recebe um de transparências constitucionais, que podem ser do governo federal, que deverá ser idêntica em função do número de habitantes, porque o Fundo de Participação dos Municípios é distribuído conforme o número de habitantes de cada município, mas tem outra transferência constitucional que é o ICMS, que é o emprego gerado nos Estados.

Se nós fizermos este comparativo com um município do Paraná e de São Paulo, vamos ter a seguinte constatação: O município de São Paulo recebe o dobro de ICMS do que recebe o município do Paraná. O que é isto? Fruto do desenvolvimento industrial, que tem em São Paulo, que foi o Estado que primeiro se industrializou, e que através do fundo de distribuição do ICMS com o índice de cada município, este recebe muito mais que o do Paraná. Mas esta é uma discussão que queremos aprofundar, não só como deputado José Maria Ferreira, a quem dedico grande respeito, como dedico respeito a todos os parlamentares desta Casa, vamos continuar esse debate.

Mas, senhor presidente, queria neste momento ao usar a tribuna para vir aqui, pedir, como já pedi de um a um dos senhores deputados, colegas desta Casa o voto favorável ao item número 1 da pauta, que é o projeto, é uma Emenda Substitutiva do deputado Cezar Silvestri, para que sejam estadualizados os cursos de Agronomia e de Veterinária, mantidos pela Fundação Estadual de Guarapuava.

Quero mais uma vez pedir a todos os senhores deputados, já pedi pessoalmente, mas quero pedir desta

tribuna o voto para que façamos a estadualização desses cursos e a conseqüente absorção pela Unicentro, que é a Universidade do Centro-Oeste, que tem a sua sede em Guarapuava e que irá absorver esses dois cursos.

E quero lembrar aqui aos senhores deputados que eu já tinha assumido esse compromisso desde o ano passado, quando fui candidato a prefeito. E costumo dizer que não sou como um político que está lá em Brasília que disse: "esqueçam o que eu escrevi". Eu não esqueço o que escrevi e muito menos esqueço o que eu falei.

Então eu, naquele momento, dizia que iríamos trabalhar pela estadualização desses cursos. E quero aqui declarar o meu voto favorável à estadualização e pedir o voto de todos os deputados.

Mas, senhor presidente, senhoras e senhores parlamentares, meus amigos, gente da minha terra, temos que ser justos, temos que não esquecer a história, porque quem não preserva o passado não faz história; nós devemos preservar o que aconteceu.

Quero aqui lembrar como surgiu a Unicentro. Ela foi criada em 1990 num período eleitoral. Criaram a nossa universidade e ela não foi reconhecida. Quem ajudou a criação se elege governador. E eu cito o nome, o hoje atual senador Roberto Requião. E no período do seu governo, ele não fez o reconhecimento da nossa Unicentro. E temos presente, aqui, na tribuna de honra o nosso reitor da Universidade, professor Carlos Alberto Gomes, vice-reitor, diretor de centro, alunos, professores que são testemunhas de fato. Não houve o reconhecimento. Na época o candidato a governador Jaime Lerner numa reunião em Guarapuava, no Hotel Atalaia e lá estava eu presente, e também o deputado Cezar Silvestri. O então candidato ao governo, Jaime Lerner, se comprometeu com a comunidade acadêmica, com os alunos, com a sociedade civil organizada de Guarapuava, que se ele fosse eleito governador, ele faria o reconhecimento da Unicentro.

E assim o fez, senhor presidente. Já no primeiro ano de sua administração, mais precisamente em dezembro de 1995, deputado Alborghetti, houve o reconhecimento da Unicentro no Conselho Estadual de Educação.

Na época eu era o chefe da Casa Civil. O governador entregou em minhas mãos lá na Unicentro, quando assinou a documentação para que eu fizesse o encaminhamento ao ministro da Educação, Paulo Renato. E eu levei em mãos esse projeto até o Ministério da Educação. E nesse intervalo, nesse espaço de tempo houve a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases de Educação, na qual ficou consignado que o reconhecimento deveria ser feito por parte de quem faria a manutenção ou quem na verdade pagasse a conta da instituição.

Então, esse processo voltou para o Paraná, e imediatamente o governador Jaime Lerner reconheceu a Unicentro.

Quero fazer esta lembrança para que muitas vezes, tenho certeza, não foi querendo denegrir ou prejudicar o processo, que o nobre deputado Nereu Moura dizia que

tinha que se fazer justiça a Guarapuava, porque outros municípios do Estado estavam recebendo isto.

Vejam só! Não podemos esquecer que a nossa Unicentro, senhor presidente e senhores deputados, que hoje oferece mais de trinta cursos, só é uma realidade pela vontade política do governador Jaime Lerner, porque na verdade o reconhecimento implica em aumentar gastos, implica em custos, implica em ter vontade política de ver acontecer. E isto, o governador Jaime Lerner fez.

E se hoje temos a universidade de fato e de direito, com todos os requisitos e condições de universidade, com qualidade de ensino, com investimentos, foi por vontade política do governador Jaime Lerner! Como disse e repito: o então governador Requião participou do ato de criação da Unicentro. Foi em 90. Ele era candidato a governador, E ficou dois anos e não reconheceu. Dois, não, ficou quatro, porque ele assumiu em 90 e foi até 94. E não reconheceu a Universidade.

Então, não podemos aceitar que a verdade não seja dita. A boa vontade do governador sempre existiu. E eu tenho testemunha, aqui, dos professores que presenciaram todos estes fatos. E a verdade, deputado Traiano, é que se nós avaliarmos os custos, vejam os senhores, em 94 a Unicentro teve um orçamento de quatro milhões e cem mil reais. Este ano, a Unicentro está realizando orçamento de quatro milhões e cem mil reais. Este ano, a Unicentro está realizando orçamento de treze milhões e seiscentos mil reais. E para o próximo ano a previsão orçamentária é de dezesseis milhões e oitocentos mil reais. Fora a emenda, que foi entendimento da Comissão de Orçamento que, tenho certeza, será endossada por todos os senhores deputados, de nós dotarmos cada uma das universidades do nosso Estado em mais três milhões de reais.

Então, vejam os senhores que o atual governo fez muito pela Unicentro. E fazendo pela Unicentro, está fazendo muito por Guarapuava.

Ouço, com muita atenção, o nobre deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano

Deputado Fernando Ribas Carli, quero apenas contribuir com seu pronunciamento, até porque fui o relator na Comissão de Constituição e Justiça deste projeto, da emenda do deputado Cezar Silvestri, por reivindicação sua e do deputado Cezar, no sentido que nós relatássemos favoráveis à estadualização dos cursos de Agronomia e Medicina Veterinária. Poderíamos ali colocar obstáculos, se a Bancada do Governo não tivesse o interesse de fazer com que isto realmente acontecesse. Pelo contrário. Conversamos com os parlamentares do Governo e lá na Comissão de Constituição e Justiça já relatamos e aprovamos favoravelmente à criação.

Este procedimento, tenho absoluta certeza, irá ocorrer aqui pela unanimidade dos deputados do Governo. Até porque com certeza é a grande conquista

do nosso governo, do governo Jaime Lerner. E V. Exa. colocou com muita propriedade.

Vou relatar aqui fato verídico, verdadeiro, Tem aqui estudantes que estudam em Guarapuava e que são lá da minha cidade, Francisco Beltrão. Nós vivemos em outros governos, travamos uma luta muito forte no sentido de estadualizarmos nossa faculdade, a Fundação FACIBEL de Francisco Beltrão. O então governo Requião, na época, por inúmeras tentativas, as lideranças regionais, prefeitos, reivindicavam ao governo Requião. E ele, em nenhum momento, concordou com a estadualização.

O governo Jaime Lerner assumiu o compromisso em campanha, e de imediato estadualizamos a FACIBEL de Francisco Beltrão, hoje incorporada à Unioeste.

Portanto, há que se deixar claro e muito bem claro, quem tem vontade política de fazer e ajudar o ensino universitário desse Estado. V. Exa. colocou muito bem, em 94, quando deixou o governo o senador, repassava para as universidades 70 milhões de reais, hoje o governo do Estado repassa mais de 300 milhões e está criando universidades no Estado.

Temos problemas, temos sim, até porque nós investimos muito, cresceu muito o ensino universitário no Estado, e é perfeitamente normal, compreensível convivemos com os problemas que estamos vivendo.

Quero então, dizer aos estudantes que aqui estão, do empenho de V. Exa., do deputado Cezar e sem nenhum discurso demagógico, todos os deputados com certeza vão votar pela estadualização, porque esta é a nossa vontade e esta é a vontade do governo Jaime Lerner em ajudar o ensino universitário do Estado do Paraná.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Agradeço o aparte do ilustre deputado Ademar Traiano e também quero agradecer de público, porque eu já fiz pessoalmente no atendimento que fez o nosso pedido do relatório favorável e dizer aos senhores que a Unicentro é uma universidade de fato e de direito. Tenho a convicção, tenho a certeza que, com a estadualização do curso de Agronomia e de Medicina Veterinária, vamos ter o fortalecimento e na verdade quem vai ganhar com isso não são só os guarapuavanos, são todos os paranaenses que terão a oportunidade de frequentar o curso de Agronomia, de Medicina Veterinária numa universidade pública e gratuita.

Mais uma vez eu agradeço a todos os senhores o voto favorável a este projeto que consta da pauta como o primeiro que nós vamos votar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Horário das Lideranças.

PL, PSL, PPS, PFL, PSDB, Liderança do Governo (**Declinam**)

Liderança das Oposições, deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, em política, eu só não vi cavalo voar! Olha o respeito que eu tenho pelo deputado Rossoni. Atacou duramente o delegado de polícia que nós não conhecemos, mas é um colega de polícia do governo deles, não é do meu governo.

A culpa pelas questões educacionais aqui do Paraná são do Requião. Esse governo Lerner, não para as universidades, não aumenta salário, trata educação como nós temos visto tratar aqui, sim, professores vieram de Ponta Grossa a pé, para pedir apoio aos deputados. O discurso foi esse aí, cantaram até o hino da professorinha. E no fim o que é que aconteceu?

Olha, o governador do Estado está tendo dificuldade para caminhar por este Paraná. Eu imagino Guarapuava valente, esse homem vetando esse projeto e tentando descer em Guarapuava. Não vai descer mesmo! Agora nós, da Oposição, sempre, historicamente, estivemos ao lado da educação universal pública e gratuita.

Nós não somos de fazer média com ninguém.

Eu não posso aceitar, senhor presidente, que as culpas por aquilo que existem aqui no Paraná sejam jogadas nas costas do senador Requião.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Pugliesi, permite-me um aparte?

O SR. WALDYR PUGLIESI

Logo em seguida, quando eu colocar mais ou menos a minha indignação com a politização que o deputado Ribas Carli fez aqui neste plenário.

Estamos todos aqui da Oposição, vocês tenham certeza, não haverá nenhum voto contra. Nós votaremos a favor de vocês. O deputado Ribas Carli falou que o Roberto Requião esteve não sei aonde, isso ou aquilo, e não estadualizou. E o governador dele? Que mostramos mil entrevistas aqui dizendo: Não sou louco para vender a Copel!" O homem só pensa nisso! O Requião ficou todo esse tempo e não vendeu o Banestado, a Sanepar, as Estradas, a Ferroeste. É inaceitável para nós, que vem de maneira oportunista, querendo fazer média com os jovens.

O Sr. Fernando Ribas Carli

V. Exa. me concede um aparte?

O SR. WALDYR PUGLIESI

Vou decidir se lhe darei o aparte. Aliás, V. Exa. é muito atrevido. Lembro-me que V. Exa. foi para a tribuna desta Casa para defender uma causa que V. Exa. combatia até o íntimo de seus intestinos. Então, V. Exa. é capaz de muita coisa.

Neste momento não lhe darei um aparte. Falaram horas aqui!

O deputado Cezar Silvestri, valente deputado de Guarapuava, homem que respeito, me pediu durante todo

tempo para que não use o horário por que nós queremos é votar. Queremos estadualizar agronomia e veterinária!

(Aplausos)

O que é que vimos aqui? A tentativa de jogar culpa em cima do Requião! O Requião combate a ditadura! Não apóia a ditadura! Nós fomos para a rua, muita gente que ficava enfiado debaixo da cama, e hoje falam em democracia, liberdade. Que democracia? Que liberdade?

O Requião quando entrou no governo do Estado, tinha um bilhão e pouco de dívida. realizou muito, não vendeu nada e deixou a mesma dívida. O governador dele pegou com 1 e está aí em 20, e vendeu tudo!

Tenho o maior respeito por todos os deputados, seja lá o partido que for. Não concordo muitas vezes com as posições deles; eles não são obrigados a concordar com as minhas. Chegar aqui no fim de tarde e querer jogar em cima do senador Requião! Quem é que não paga os professores? Quem é que não bota verbas nas Universidades, que é o lugar onde você determina o amanhã; é o lugar onde você tem que pesquisar para fazer com que o futuro chegue mais rápido?

Então, independente dessas agressões que fizeram ao senador Requião, do meu Partido, vamos votar com vocês, porque não misturamos as coisas. A nossa posição é muito clara há muito tempo. Não tenham nenhuma dúvida a respeito disso.

O Sr. Valdir Rossoni

Concede um aparte, deputado?

(Assentimento)

Agradeço a V. Exa., e nutro por V. Exa. a mesma admiração que nutre pela minha pessoa.

V. Exa. tem uma experiência enorme política e é o nosso professor aqui.

Mas na verdade, o que constatamos aqui do seu pronunciamento, e sei quanto é doído, porque muitas vezes quando criticam o governo, às vezes também não gosto disso e até não aceito. Mas na verdade, o deputado Fernando Ribas Carli de forma nenhum cometeu um equívoco ou aqui algo que desabonasse o senador Requião.

Ele só falou que o senador Requião, como governador, não implantou os cursos e depois o próximo governador...

Mas, veja como V. Exa. cometeu um equívoco maior; V. Exa. ao me elogiar, diz que o meu governo tem o Bradock de delegado. É verdade, concordo com V. Exa.: se o meu governo tivesse competência na Secretaria de Segurança, deveria de expulsar esse delegado. Mas, quem nomeou esse delegado, após ter feito roleta russa, não foi o governador atual, foi o governador que estava em 13 de julho de 1994. Que não sei, acho que seria o governador Álvaro ou Requião, não sei quem seria.

Então, só para restabelecer a verdade. Realmente, este governo tem culpa de ter um delegado dessa péssima qualidade, mas o erro vem de lá de trás.

Agradeço e peço que V. Exa. não se irrite com esse seu amigo, porque tenho muita admiração por V. Exa.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Olha, nós...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Solicito se V. Exa. pudesse encaminhar para o encerramento seu pronunciamento.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Vou fazer um esforço grande, porque V. Exa. foi muito condescendente, que fiquei olhando muito bem para o relógio.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa. falou dez minutos já.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Nós, que professamos a ideologia que eu, de maneira modesta expresso, não gostamos de violência; não gostamos que o regime democrático seja agredido todos os dias, como fazem esses governantes do Brasil e este aqui do Paraná.

Vocês não se esqueçam que se forem daqui a Ponta Grossa, tem lá o Niemayer, veio aí e erigiu, com a sua mão de criador de coisas que defendem o povo, um monumento a um operário que foi assassinado por este governo. Eu vi os sem-terras daqui apanharem igual cachorro. Não têm casa; não têm comida; não têm emprego; não têm amanhã; não têm sol; não têm futuro e a classe dominante vem e bate de cima para baixo. Como eles sempre fizeram.

Os estudantes foram espancados aqui, quando vieram defender o projeto de iniciativa popular, que foi rejeitado aqui nesta Casa.

Então, temos uma posição muito clara e não aceitamos, num momento desses, quando estávamos aqui irmanados e continuamos, independente disso ou daquilo que falei.

O que é que os jovens querem? Eles querem voar como passarinhos, eles querem liberdade! Os jovens querem, o direito de cantar o seu amor publicamente! Eles querem ar limpo para respirar, construir um novo amanhã, uma nova Nação!

É isso que estamos propondo para todos vocês: se organizem, se mobilizem, porque depois da aprovação, não se surpreendem se o homem que está ilhado atrás dessas cercas, não vier aqui com o “canetaço” e vetar o projeto que a Assembléia com certeza vai aprovar, porque é um gesto soberano e que interessa ao povo do Paraná, passando pelo interesse de vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 12 (doze) de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. Necessita de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 564/2001, de autoria dos deputados Hermas Brandão e Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná - FACINOR, com sede no município, de Loanda e a Fundação Faculdades Luiz Meneghel, do município de Bandeirantes. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECE. EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO Nº 564/2001

P A R E C E R :

O projeto de autoria do ilustre deputado Hermas Brandão, na sua versão original, já com parecer favorável desta Comissão, autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Faculdade do Noroeste do Paraná - FACINOR, com sede no município de Loanda e a Fundação Faculdades Luiz Meneghel, do município de Bandeirantes e integra a FACINOR à UNESPAR.

O substitutivo inclui nessa estadualização a integração, a Escola Superior de Ciências Agrárias - ESCA, integrando-a à UNICENTRO, com sede em Guarapuava.

Pelas mesmas razões que levaram à aprovação da versão original do projeto, esta Comissão é de parecer favorável ao substitutivo.

Sala das Comissões, em 27.11.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício
ADEMAR TRAIANO - Relator

Apoio:

Duílio Genari, Carlos Simões, Sérgio Spada, Moysés Leônidas, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Marcos Isfer e Orlando Pessuti.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Projeto nº 564.

Para encaminhar, deputado Cezar Silvestri, por dez minutos.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, senhora e senhores deputados:

Existem algumas causas que estão acima dos partidos políticos, estão acima das questões ideológicas, estão acima das divergências pessoais e, sem dúvida nenhuma, uma das causas é que votaremos a seguir: a estadualização dos cursos de Agronomia e Veterinária que, com certeza absoluta, unem todos os partidos políticos desta Casa, unem a sociedade guarapuavana, unem a sociedade do Centro-Oeste do Paraná, e mais, trazem a força da juventude guarapuavana e da região Centro-Oeste do Paraná, que quero saudar nesta tarde.

Hoje quando acompanhava o pronunciamento de todos os senhores deputados, cada um defendendo o seu posicionamento político, sentia claramente que poderia contar com o apoio de todos os deputados, que antecipadamente já quero agradecer, em meu nome, em nome dos alunos que aqui estão, em nome dos pais dos alunos, em nome da sociedade guarapuavana e em nome de mais de 50 entidades representativas do povo de Guarapuava que apóiam esta iniciativa.

Mas, para que não parem dúvidas, e tentando ser o mais breve possível, alguns deputados faziam um questionamento técnico, até questionando se seria correto o governo do estado absorver mais uma despesa oriunda de um projeto que se tornou realidade do município de Guarapuava, como também do município de Luanda, como também lá da escola Luiz Meneghel, de Bandeirantes.

No caso específico da FEG e da ESCA, que é a Escola Superior de Ciências Agrárias, eu posso tranquilizar a todos os deputados. A estadualização da ESCA, em primeiro lugar, favorece, como eu disse inicialmente, a todos os alunos que ali estão cursando Agronomia e Veterinária, que deixaram de cursar um curso pago para frequentar um curso gratuito. Logicamente que favorecerá os seus pais, as suas famílias, que não mais despenderam desses recursos para pagar os seus estudos. Favorece a Prefeitura de Guarapuava, sem dúvida nenhuma, porque

ela deixará de ter esse ônus com o ensino superior e passará a utilizar esses recursos, principalmente em programas sociais que beneficiarão, sem dúvida nenhuma, as pessoas mais carentes que vivem no município, beneficia a toda a região Centro-Oeste do Paraná, porque os deputados que aqui representam essa região, sabem que a sua vocação é voltada à agropecuária. E logicamente que com a incorporação do ESCA para a Unicentro, nós teremos também, além da gratuidade, a melhoria da qualidade de ensino, melhoria no setor de pesquisas, ou sejam favorecendo a todos os agropecuaristas da região, favorecendo a toda a nossa região.

E por último, que eu acho que é o mais importante, frisar e tranquilizar a todos os deputados que inicialmente se opunham. Hoje funciona dentro do CEDETEG, que é o local que abrigará essas instalações que a Unicentro incorporará, o CEDETEG que foi criado para ser uma escola agrotécnica federal, hoje lá estão edificadas 25 mil metros quadrados de área construída, num terreno de mais de 110 hectares localizado na quadra urbana de Guarapuava. Com a estadualização que lá já funciona, hoje, é importante frisar, seis cursos da Unicentro, o curso de engenharia de alimentos, de fisioterapia, de nutrição, de enfermagem, de química, de biologia. E dizia-me o reitor Carlos Alberto Gomes, que a partir já do ano que vem, em 2002, lá também estará funcionando o curso de educação física, de física e de geografia. Com a incorporação da FEG, a Unicentro passará a ter, no seu patrimônio, 25 mil metros quadrados de área construída. Todos os futuros cursos, nos próximos anos, que a Unicentro quiser criar, ela terá o espaço físico de forma gratuita também. E todos que aqui estão presentes sabem que hoje a Unicentro não tem como expandir, onde funciona a sede lá no bairro Santa Cruz, tanto é que ela já está usando esse espaço físico do CEDETEG para que o funcionem esses cursos.

Além disso, nós teremos a incorporação de dois cursos numa área que é extremamente importante para a Unicentro, que é a área de ciências agrárias, cooperação do curso de agronomia e veterinária, nós teremos, sem dúvida nenhuma, esse setor como o mais importante da Unicentro e como eu disse anteriormente: casando exatamente na vocação da nossa região, que tem a sua economia voltada à agropecuária. Dizia o reitor também para tranquilizar os senhores deputados que com o orçamento vigente para o ano de 2001, ele pode absorver os cursos de Agronomia e Veterinária.

Além disto, nós temos apresentado, senhor presidente da Comissão de Orçamento da Assembléia Legislativa, e quero aqui agradecer a todos os líderes políticos de todos os partidos políticos, onde a Assembléia Legislativa, numa demonstração de grandeza, abriu mão de suas emendas individuais e permitiu que nós apresentássemos em conjunto, todos os 54 deputados, uma emenda coletiva que beneficiará as seis universidades estaduais existentes no Estado do Paraná, com três milhões cada uma, sendo um milhão e meio para investimentos e um milhão

e meio para custeio, ou seja, com estes recursos a Unicentro terá recursos sobrando para abrigar os cursos de Agronomia e Veterinária e também propor a sua expansão.

Além disto, hoje na Unicentro, hoje na ESCA houveram investimentos por parte da Prefeitura, ao longo dos anos, com laboratório, com hospital veterinário, investimentos da ordem de um milhão de reais que também será incorporado ao patrimônio da Unicentro.

Fazendo uma avaliação rápida do que custou a construção do CEDETEG com os recursos investidos hoje, a Unicentro incorporará, com a aprovação de vocês e, se Deus quiser, com a sanção do governador Jaime Lerner, incorporará no seu patrimônio, recursos da ordem de 20 milhões de reais, ou seja, a despesa que a Unicentro terá de um milhão de reais será pago durante vinte anos se tornando realmente um bom negócio para o governo do Estado, como é um ótimo negócio para os alunos, como é um ótimo negócio para a nossa região e também um ótimo negócio para a Prefeitura de Guarapuava.

Por isso, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, que quero, sem constrangimento nenhum, agradecer a todos aqueles que se empenharam para aprovação deste projeto, agradecer a todos aqueles que nos auxiliaram desde lá do início, quando foi fundada a Unicentro, e eu lembro bem, meu pai, Moacir Júlio Silvestri era prefeito de Guarapuava, ao padre Egídio que deu o primeiro passo, meu pai que comprou o prédio que funciona hoje a sede da Unicentro, a todos os governadores de Estado que de uma forma ou outra nos auxiliaram, a todos os políticos, independente de corrente partidária, e quero aqui, sem constrangimento nenhum, agradecer ao governador Jaime Lerner, agradecer até antecipadamente porque este projeto hoje deixará de ser um projeto do deputado Hermas Brandão, do deputado Luiz Accorsi, do deputado Cezar Silvestri, do deputado Fernando Ribas Carli, que representa Guarapuava, do deputado Valdir Rossoni, que representa a região Centro-Oeste do Paraná, do deputado Orlando Pessuti, do deputado Milton Pupio, do deputado Litro, do deputado Nereu Moura, deputados que representam a nossa região. Não será mais um projeto individual, será um projeto da Assembléia Legislativa.

Por isso quero aqui mais uma vez pedir o apoio de vocês na sua aprovação e pedir apoio da Assembléia Legislativa para que nós convençamos o governador Jaime Lerner para que sancione este projeto e que coloque realmente isto em prática transformando o sonho desses jovens em realidade porque eu acredito que nós fomos eleitos para isto.

Por isso eu fico extremamente feliz e honrado de estar representando a nossa querida Guarapuava e de ver que através de uma ação política eu posso estar favorecendo as milhares de pessoas.

Muito obrigado a todos. Quero também aqui agradecer ao deputado Ademar Traiano que relatou este projeto na Comissão de Constituição e Justiça e também,

como disse agradecer, sem nenhum constrangimento, ao deputado Fernando Ribas Carli, que como ele disse pediu voto à sua Bancada de Sustentação para que nos ajudasse.

Muito obrigado a todos.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Não pretendo encaminhar o projeto porque na verdade o deputado Cezar Silvestri já o fez, e o fez com muita competência, mas apenas por uma questão de justiça, não a mim, mas aos demais companheiros que assinaram o Substitutivo Geral do projeto de lei que estadualiza a Universidade Estadual do Centro-Oeste - deputados Toni Gacia, Marcos Isfer, Renato Gaúcho, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho, Cezar Silvestri e este parlamentar, deputado Algaci Tulio. Nós, compreendendo não ter nenhuma questão eleitoral na região, entendemos que era de fundamental importância esta Emenda e por esta razão atendemos o pedido do deputado Cezar Silvestri.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está em votação o substitutivo.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu queria apenas passar uma informação, que não foi dita aqui. Quem instituiu a gratuidade no ensino público, nas universidades e nas faculdades estaduais, no Paraná, foi o ex-governador Álvaro Dias.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, Elio Rusch, senhor secretário Valdir Rossoni e Luiz Carlos Zuk, de Ponta Grossa, a deputada Luciana Rafagnin, com propriedade, já manifestou a opinião do PT, a favor do projeto. Mas aproveito o momento para estender uma homenagem carinhosa, ao deputado Cezar Silvestri, que teve a idéia, apresentou, aqui essa intenção do Legislativo paranaense, em aprovar a estadualização dessa entidade e dizer para esses estudantes, que esta Assembléia Legislativa não falta com a sua responsabilidade para com o interesse da comunidade. Mas que esse é um passo, por que depois da aprovação do governo, da implantação, serão outros passos que terão que ser dados, à medida em que a organização social e a pressão política é muito importante, para isso tudo.

Quanto mais nós brigarmos pela educação e, inclusive, se possível, venhamos a ter um governo que tenha a coragem de brigar pela federalização. E geograficamente, acho que a federalização de uma universidade pode ser ou no Oeste do Paraná ou no Centro do Paraná, para que atenda a todos paranaenses, é mais um item dessa briga, que toda a comunidade do Paraná, sobretudo, os guarapuavanos, que aqui estão, pode continuar começando com a brilhante iniciativa do deputado Cezar Silvestri, naquelas paragens do “lobo que canta.”

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Para encaminhar, deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados, em nome da Liderança do Governo, estamos encaminhando favoravelmente à aprovação desta emenda e deste projeto de lei. Entendemos que é fazer justiça com Guarapuava, Loanda, Bandeirantes, enfim, com vários municípios do Estado do Paraná, que precisam também do apoio do governo do Estado.

O governo do Estado, que em 1994 gastava aproximadamente 70 milhões de reais, com o ensino de 3º grau, que este ano realizado já, mais de 300 milhões de reais, no ensino superior. O governo do Estado, que tem sido discriminado pelo governo federal, haja vista que temos aqui somente uma universidade federal, enquanto outros Estados da Federação tem inúmeras universidades federais. O governo federal que não investe, praticamente nada no ensino de 3º grau, no Estado do Paraná. Esta função tem sido efetivamente desempenhada, com competência, apesar de todas as dificuldades financeiras em todo o governo do Estado do Paraná.

Quero dizer que a Bancada que dá sustentação política ao governo, nesta Casa, juntamente também com os deputados que fazem Oposição, nesta Casa, todos se unam para atender o interesse maior dos estudantes do Estado do Paraná e, muito especialmente, dos estudantes de Guarapuava.

Muito obrigado, senhor presidente.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação o substitutivo.

Os senhores deputados que aprovam o substitutivo, permaneçam como estão.

Aprovado.

(Aplausos)

O SR. ELI GHELLERE

Declaração de voto, senhor presidente.

(Assentimento)

Quero, em nome da Bancada do PDT, em nome dos deputados Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, José Maria Ferreira, Pastor Edson, Renato Gaúcho, Augustinho Zucchi, dizer que o PDT tem o seu estatuto e defende nas suas bandeiras o ensino público e gratuito em todos os níveis.

Então, em função disso, quero registrar o voto de toda a Bancada do PDT em favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 038/2001, de autoria do Tribunal de Justiça - Of. nº 127/2001, que altera o anexo II da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997

- Quadro de Servidores do Poder Judiciário. **Aprovado. (Publ. no DA nº 012/2001, de 08/03/2001).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 039/2001, de autoria do Tribunal de Justiça - Of. nº 128/2001, que autoriza o Poder Judiciário do Estado do Paraná a destinar recursos à Escola da Magistratura do Estado do Paraná, a qual é administrada, por delegação, pela Associação dos Magistrados do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 012/2001, de 08/03/2001).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 052/2001, de autoria do deputado Luiz Accorci, que autoriza o Poder Executivo a incluir a disciplina de Legislação de Trânsito no currículo escolar da oitava série do primeiro grau da rede estadual de ensino e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 014/2001, de 13/03/2001).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 073/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a elaboração de cadastro destinado a estudos de prevenção do câncer de mama no Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2001, de 21/03/2001).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 082/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que trata da preferência aos idosos nos processos administrativos dos Poderes do Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 027/2001, de 28/03/2001).**

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 398/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública o Projeto Social Àgape”, com sede e foro no município de Paranaguá. **Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2001, de 03/09/2001).**

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 457/2001, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Prudentópolis, com sede e foro no município de Prudentópolis. **Aprovado. (Publ. no DA nº 128/2001, de 18/09/2001).**

ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 290/99, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre o financiamento de equipamento que possibilite, para portador de deficiência a superação total ou parcial das limitações decorrentes da deficiência. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CSP E CDH. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado.**

ITEM 10

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 142/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a adequação de agências e postos bancários para o atendimento a deficientes visuais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CSP E CDH. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado.**

ITEM 11

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/2001, de autoria do deputado Waldyr Pugliesi, que autoriza o Poder Executivo a utilizar as escolas públicas de ensino fundamental e ensino médio, durante o período de férias escolares, para a aplicação de Programas Culturais e Esportivos, e a instituir a “Semana da Família na Escola”. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE E CDH. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado.**

ITEM 12

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/2001, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao município de Curitiba, imóvel conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, E COPTC. EM REGIME DE URGÊNCIA. **APROVADO O PROJETO EM 2ª DISCUSSÃO NO DIA 26/11/2001 POR APRECIAR A EMENDA DA COPTC, AINDA NESTE TURNO. Aprovado.**

ITEM 13

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 346/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/2001, que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 12.398 de 30 de dezembro de 1998, (Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL À EMENDA Nº 01 E CONTRÁRIO À DE Nº 02. **Aprovado.**

ITEM 14

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 470/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Caminho da Luz, com sede e foro no município Capitão Leônidas Marques. COM PARECER FAVORÁVEIS da CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 287/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 024/2001, que objetiva criar, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento de Polícia Civil, 328 (trezentos e vinte e oito) cargos em comissão com a denominação de assistente de segurança e simbologia 9-C. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E

CSP. COM EMENDA DA CCJ. **O Projeto retorna à CCJ.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 402/2001, de autoria do deputado Sérgio Spada, que concede título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná a Dom Olivio Aurélio Fazza, Bispo Diocesano de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 406/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública a Creche Tia Lúcia, com sede e foro no município de Curitiba-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 118/2001, de 04/09/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 406/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ricardo Chab, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Creche Tia Lúcia, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO -Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 477/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 042/2001, que aprova crédito suplementar no valor de R\$1.000.000,00 (hum milhão de reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. **Aprovado. (Publ. no DA nº 133/2001, de 25/09/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 477/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar crédito suplementar no valor de R\$1.000.000,00 (hum milhão de reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DAS FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 477/2001

P A R E C E R :

Chamada esta Comissão de Finanças a manifestar-se sobre o Projeto de Lei nº 477/2001, de autoria do Poder Executivo, o qual aprova crédito suplementar no valor de R\$1.000.000,00 (hum milhão de reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, nada há, ao nosso entender, que impeça sua normal tramitação junto a este Poder Legislativo.

Assim sendo, manifesta-se esta Comissão com parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.11.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 477/2001

P A R E C E R :

Relatório

Oriundo da Mensagem Governamental nº 042/2001, objetiva aprovar crédito suplementar no valor de R\$1.000.000,00 (hum milhão de reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Fundamentação

Tal propositura já mereceu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Esta Comissão de Orçamento, chamada a opinar, nos termos do artigo 33, § 4º do Regimento Interno, verificou que os recursos a serem destinados são para dar atendimento à construção de uma Unidade Prisional, sendo a ala da carceragem com 31 celas, para abrigar 248 detentos. A importância acima descrita é decorrente do cancelamento de dotação alocada em despesa de capital do mesmo órgão.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do presente projeto de lei, na forma apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.10.2001.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente
FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 489/2001, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utili-

dade Pública a ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, com sede e foro no município de Francisco Beltrão-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 138/2001, de 01/10/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 489/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, com sede e foro no município de Francisco Beltrão-PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa, para melhor adequá-los às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 489/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, com sede no município de Francisco Beltrão e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 520/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da Linha São Luiz do município de Palotina, com sede e foro no município de Palotina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 147/2001, de 15/10/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 520/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Linha São Luiz do município de Palotina, com sede e foro no município de Palotina.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa, para melhor adequá-los às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 520/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Linha São Luiz, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 525/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Jardim São Domingos, com sede no município de Itaperuçu e foro no município de Rio Branco do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 148/2001, de 16/10/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 525/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim São Domingos, com sede no município de Itaperuçu e foro no município de Rio Branco do Sul.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa, para melhor adequá-los às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 525/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim São Domingos, com sede no município de Itaperuçu e foro no município de Rio Branco do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 546/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão do Litoral do Paraná, com sede e foro no município de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 154/2001, de 23/10/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 546/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão do Litoral do Paraná, com sede e foro no município de Paranaguá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação às legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 550/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Agricultores de Santo Antonio, com sede e foro no município de Palotina, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 156/2001, de 24/10/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 550/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Agricultores de Santo Antonio, com sede e foro no município de Palotina.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 550/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Agricultores de Santo Antonio, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 573/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de São Jerônimo da Serra, com sede e foro no município de São Jerônimo da Serra. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 162/2001, de 05/11/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 573/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de São Jerônimo da Serra, com sede e foro no município de São Jerônimo da Serra.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 573/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de São Jerônimo da Serra, com sede e foro no município de São Jerônimo da Serra.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sobre a mesa, requerimento nº 4074, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Retirado pelo autor.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vai se proceder à verificação de votação.

O SR. RICARDO CHAB (**Para encaminhar**)

Não tive a oportunidade de conversar com o líder do Governo, deputado Durval Amaral, mas apelo ao deputado para que libere a Bancada do Governo a votar favoravelmente o requerimento, porque nós tivemos aqui em Curitiba, uma passeata ontem, que parou o centro da cidade, de policiais civis que tiveram um colega morto por espancamento e baleado por policiais militares.

Nós temos outros casos catalogados que chegaram ao conhecimento da Comissão, de agressão também, por parte de policiais militares.

Nada mais justo que esta Casa ouvir o secretário da Segurança Pública para explicar qual é a maneira que está sendo feita a abordagem.

Acho que não vai macular ou denegrir a imagem da Segurança Pública do Estado do Paraná. Pelo contrário, nós vamos demonstrar à população do Paraná, que nós, deputados, estamos preocupados, porque o cidadão comum, lá na casa dele, fica a pensar o seguinte, deputado Durval Amaral: Se fizeram isso com um policial civil, numa abordagem à noite, imagine com um cidadão comum. Um operário que vem, do trabalho com a marmita, aquele que vai para a casa à noite.

Essa é a indagação.

Curitiba, ontem, parou. Nós tivemos inclusive a manifestação vindo aqui na frente do Palácio do Governo, para protestar.

Gostaria, deputado Durval Amaral, de apelar para o senhor que liberasse a Bancada para votar, para nós podermos ouvir o Secretário, porque nós temos saudades dele, porque afinal de contas ele foi deputado nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados, meu companheiro Ricardo Chab.

O episódio, que motiva a convocação do secretário de Segurança Pública é um episódio esporádico ocorrido num lamentável incidente, entre policiais militares e um policial civil, que não estava sequer em trabalho. Efetivamente, ao transformar um episódio político de rivalidade entre Polícia Civil e Polícia Militar, a tendência será sempre de agravamento dessa situação, razão pela qual nós estamos encaminhando contrariamente. Nós vamos posteriormente convidar o secretário José Tavares, para que venha falar sobre isso na Comissão de Segurança Pública, mas só para evitar uma rivalidade maior, que uma convocação dessa natureza poderia provocar entre a Polícia Civil e a Polícia Militar.

Então, peço a compreensão do deputado Ricardo Chab. Convidarei o ex-deputado José Tavares para que venha à Comissão de Segurança Pública, para poder explicar, não esse episódio, mas no geral, como se comportam as Polícia Civil e Militar, evitando qualquer tipo de confronto entre as instituições.

O SR. RICARDO CHAB (**Para encaminhar**)

No entendimento com a Liderança do Governo agora, pedimos que o deputado Durval Amaral agende uma data com o secretário de Segurança para que ele venha à Comissão para explicar a abordagem. Os demais membros irão aceitar esse debate aberto com o secretário.

Fica suspenso o requerimento.

Retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Fica retirado o requerimento.

Requerimento nº 3968, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, com apoio do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente de Sessão anterior. **Prejudicado.**

Requerimento nº 4015, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de Sessão anterior. **Prejudicado.**

Requerimento nº 3921, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, com apoio dos senhores deputados Tony Garcia, José Maria Ferreira, Antonio Anibelli, Neivo Beraldin e demais deputados, constantes do expediente de Sessão anterior.

Rejeitado.

Em votação.

O SR. NEREU MOURA

Quem é o subscritor?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

São diversos senhores deputados os subscritores.

O SR. NEREU MOURA

É sobre uma Comissão Especial.

Pedimos que seja aprovado esse requerimento para termos a possibilidade de realizar uma auditoria nas planilhas que determinam o custo da tarifa, para que possamos ter uma idéia de tudo isso.

Por isso, solicitamos o voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Em votação.

Aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vai-se proceder à verificação de votação.

O SR. NEREU MOURA

Solicito chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vai-se proceder à chamada nominal.

Solicito do senhor 1º secretário que proceda à chamada dos senhores deputados.

Antes porém, de votarmos esse requerimento temos o requerimento nº 4088, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, com apoio do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Solicito do senhor deputado Valdir Rossoni, que proceda a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Procede à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Quarenta e quatro senhores deputados responderam à chamada nominal, para que possamos fazer a verificação de votação em relação ao requerimento que requer a Constituição da Comissão Especial de Investigação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Dezoito (18) senhores deputados aprovam o requerimento. Vinte e cinco (25) rejeitam.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 3961, de autoria do senhor deputado Waldir Pugliesi, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4067, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4068, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4069, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4070, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4071 e 4072, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4075, de autoria do senhor deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4076 a 4078, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4079, de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4080, de autoria do senhor deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4082, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4085, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4086, de autoria do senhor deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4087, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3970, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Este requerimento foi aprovado ontem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não foi. Ele pediu para discutir...

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

E se não foi aprovado ontem, vamos aprovar hoje, em homenagem ao deputado Nereu Moura.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Aprovado.

O presidente Hermas Brandão nos lembra que amanhã não haverá Sessão Plenária, apenas a reunião da Unale, do Parlasul, uma Sessão Especial, que é presidida e coordenada pelos deputados Orlando Pessuti e Caíto Quintana e nosso presidente, Hermas Brandão.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao senhor deputado Neivo Beraldin, inscrito.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente e senhores deputados. Eu não poderia deixar de ocupar a tribuna na tarde de hoje para manifestar minha alegria em poder ter participado no dia de ontem, do 46º aniversário do município de Loanda.

Lá em Loanda houve um desfile muito bem organizado, onde participou o comércio, a indústria, o prefeito Flávio Accorsi, uma organização muito especial com a primeira dama, dona Helena.

Mas, no dia de ontem, além do 46º aniversário de Loanda, houve a inauguração de uma obra que é preciso ser ressaltada nesta Casa, para que o Paraná tome conhecimento: o município de Loanda, através do esforço do prefeito Flávio Accorsi, conseguiu inaugurar ontem, o Hospital Municipal Público para atender à população.

Foi impressionante ver a reconstrução de um prédio muito grande, muito bem equipado para atender à população. Digamos assim, um hospital que não fica a dever nada a nenhum hospital regional.

Foi, portanto, um dia muito importante ao lado do deputado Basílio Zanusso, participarmos daquela comemoração e assistirmos aquele evento com a presença de muita gente de Loanda e da região, onde emocionado o prefeito abriu as portas de um hospital público à população daquele município.

No dia de ontem, também estivemos no município de Santa Teresa do Oeste e também, com a mesma alegria, vimos o prefeito lançando e anunciando 5 indústrias no município que vão gerar muitos empregos e evidentemente ampliar a renda de Santa Teresa do Oeste.

Nós sabemos que o interior do Estado precisa, cada vez mais, ampliar esforço no sentido de ampliar a indústria para gerar empregos e renda, a fim de que possamos ver mantida no interior do Estado a população e investindo na agroindústria, no pequeno negócio, na pequena indústria; evidentemente estaremos então, vendo melhorada a vida da população do interior. Aquela região tão representada pelo deputado Tiago Amorim e outros deputados daquela região que são testemunhas que em Santa Teresa do Oeste está se fazendo um grande trabalho.

Por isso, quero cumprimentar o prefeito Francisco Menim. Merece as nossas homenagens e ao mesmo tempo passo essas informações para que todos os deputados conheçam esses fatos que ocorreram no interior.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Especial para

quinta-feira, dia 29, às nove horas, uma reunião do Parla-
sul, com conferência sobre “O Código de Defesa do Con-
tribuinte”; “Meio Ambiente, Legislação Harmoniosa
entre os Estados”, e “Propostas e Moções”.

Marco ainda uma Sessão Ordinária, para segunda-
feira, dia 03 à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 352, 450,
471, 493, 498, 521 e 565/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 027/99; 518 e
549/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 002, 406, 477,
489, 520, 525, 546, 550, 553 e 573/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 381 e
547/2001.

Levanta-se a Sessão.